



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O contexto externo

Em decorrência do agravamento da crise financeira no 2º semestre de 2008, a economia de São Paulo sofreu forte retração em 2009, devido à importância do comércio exterior na formação de seu PIB. A balança comercial registrou déficit de US\$ 8,02 bilhões. A recuperação econômica do Estado se revelou mais intensa do que a média nacional (1,2%) e se mostrou sustentada no terceiro trimestre de 2009, quando o Estado de São Paulo cresceu 1,4%. A produção industrial paulista registrou um avanço de 4,3% no último trimestre de 2009 em comparação com o mesmo período de 2008, após quatro trimestres de queda. Essa recuperação se deu, principalmente, devido a alguns segmentos que apresentaram maior dinamismo na produção, como indústria automotiva, máquinas e equipamentos bem como borracha e plástico.

Resultados operacionais e investimento

A energia distribuída pela EDP Bandeirante repercutiu esses movimentos na economia de São Paulo, com decréscimo de 1,9%, enquanto o mercado cativo cresceu 1,3%. O consumo dos clientes industriais cativos retraiu 4,8%; os clientes livres, tiveram queda de 7,4% devido aos impactos da crise mundial; as classes de clientes residencial e comercial, tiveram crescimentos significativos no fornecimento de energia, 6,3% e 4,3% respectivamente e a classe rural e demais classes aumentaram 1,7% em relação ao ano anterior.

Apesar do cenário macroeconômico desfavorável, a EDP Bandeirante continuou fazendo um forte programa de investimentos, totalizando R\$ 147,5 milhões, demonstrando assim o seu comprometimento com o desenvolvimento econômico-social do Estado de São Paulo. Foram realizados investimentos na expansão e melhoria de subestações, linhas e redes do sistema elétrico, combate às perdas não técnicas, Programa Luz para Todos e modernização de sistemas. Destaca-se também o desenvolvimento do novo sistema de informação comercial, que entrou em funcionamento no ano 2009 e que veio contribuir para uma maior robustez de todo o ciclo comercial.

O reajuste tarifário periódico, com efeito a partir de 23 de outubro de 2009, reposicionou as tarifas da EDP Bandeirante em 5,46%. A receita operacional líquida cresceu 7,4%, atingindo R\$2.099,3 milhões e o EBITDA do período foi de R\$444,9 milhões, representando um aumento de 10,9% em relação ao resultado obtido no ano anterior. O lucro líquido alcançado foi de R\$ 241,9 milhões, representando um aumento de 17,6% em relação ao ano anterior.

Desempenho técnico e comercial

Os indicadores técnicos que medem a continuidade no fornecimento de energia, DEC e FEC, que representam a duração e a frequência dos desligamentos, respectivamente, apresentaram resultados em total conformidade com os padrões estabelecidos pela Aneel, apesar das situações adversas, como a falha no Sistema Interligado Nacional que causou interrupções no fornecimento de energia elétrica em 18 Estados do Brasil. Os investimentos efetuados e as ações de manutenção preventiva realizadas no sistema de distribuição contribuíram para o bom desempenho do sistema elétrico da EDP Bandeirante.

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a EDP Bandeirante promove anualmente uma pesquisa conduzida pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, com objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes, com relação ao fornecimento de energia elétrica e quanto à eficácia dos serviços oferecidos. Em 2009, a EDP Bandeirante atingiu um índice de satisfação de qualidade percebida de 80,6%.

Investimento em eficiência energética e sustentabilidade

No âmbito do Programa de Eficiência Energética, destaca-se o Projeto "Boa Energia na Comunidade", implementado desde 2006, com o objetivo de aumentar a eficiência energética, promovendo o uso racional da energia em residências de baixa renda. O Programa já beneficiou mais de 136 mil famílias, promovendo ações de cunho educativo para o uso eficiente e seguro da energia elétrica, através da doação de 527 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO.

No que diz respeito a projetos sociais, destacam-se os investimentos socioculturais, os quais promoveram a inclusão de milhares de pessoas nos 28 municípios que compreendem a área de atuação da EDP Bandeirante. Com foco na educação, cultura, desenvolvimento local e assistência social, a Companhia investiu mais de R\$ 3,5 milhões, incentivou a integração de colaboradores junto às comunidades, por meio de programa de voluntariado e implementou inúmeras campanhas de conscientização sobre o uso correto e seguro da energia elétrica. Merecem destaque os programas: EDP nas Escolas, EDP Solidária, EDP Amiga da Criança, Letras de Luz e Dentistas do Bem. Essa atuação garantiu, a conquista do selo Empresa Amiga da Criança, certificação da Fundação Abrinq.

Em suma, o ano de 2009 foi marcado por um cenário de instabilidade econômica, decorrente da crise financeira internacional. A EDP Bandeirante manteve o seu plano de investimentos, reforçando a solidez do seu sistema elétrico, a qualidade do seu serviço e consolidando o mercado e a satisfação dos seus clientes. Estes resultados foram possíveis pelo profissionalismo e dedicação dos colaboradores da Companhia, a quem endereçamos um agradecimento especial.

Aos nossos clientes e parceiros de negócio cabe também uma menção destacada pela confiança e relacionamento duradouro. Gostaríamos ainda de agradecer ao Acionista da EDP o apoio que sempre prestou à EDP Bandeirante, sem o qual não teria sido possível o caminho realizado até hoje. Terminamos, realçando a excelência do trabalho desenvolvido pela Diretoria da Companhia, destacando a sua contribuição decisiva para o desenvolvimento da EDP Bandeirante como referência no tecido empresarial do Estado de São Paulo.

Antônio Manuel Barreto Pita dx e Abreu

Presidente do Conselho de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Bandeirante a partir de 01/01/2010 passou a ter uma nova composição decorrente da saída do Vice-Presidente João José Gomes de Aguiar que passou a exercer outra função no grupo EDP.

A nova composição do Conselho de Administração da Bandeirante passou a ser:

Presidente: Antonio Manuel Barreto Pita de Abreu

Vice-Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Conselheiro: Luiz Otavio Assis Henriques

Conselheiro: Miguel Dias Amaro

Conselheiro (Representante dos Empregados): Arnaldo Benzi Sacconi

Conselheiro (Representante dos Empregados) suplente: Marco Antonio Caires Zamparo

DIRETORIA

A Diretoria da Bandeirante a partir de 01 de janeiro de 2010 passou a ter uma nova composição decorrente da destituição do Diretor Técnico Newton Luis de Oliveira Caseri, do Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores Thomas Daniel Brull, do Diretor Comercial Paulo Cesar Corrêa Soares e do Diretor de Regulação Dorel Soares Ramos, que não fazem mais parte do grupo EDP.

A nova composição da Diretoria da Bandeirante passou a ser:

Diretor Presidente e de Relações com Investidores: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

Diretor Presidente e de Relações com Investidores Interino: Luiz Otavio Assis Henriques

Diretor Técnico : Francisco Alfredo Fernandes

Diretor Comercial: Mauricio Alberto Gonella Santos Pereira

Diretor de Sustentabilidade: João José Gomes de Aguiar

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

Em 2009, o consumo acumulado no Brasil apresentou decréscimo de 1,1% em relação ao ano anterior, segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O mercado brasileiro de energia elétrica sofreu forte impacto da crise financeira mundial, porém seus efeitos se concentraram na classe industrial, como consequência da imediata e profunda retração da atividade deste segmento.

A demanda interna se manteve aquecida, principalmente pelas medidas tomadas pelo governo para minimizar os efeitos da crise, entre elas a redução seletiva de impostos, a redução dos juros e a expansão do crédito. Assim, apesar da crise, o consumo das classes residencial e comercial manteve elevada expansão em 2009.

O consumo residencial apresentou o melhor desempenho desde 1999, refletindo o aumento do número de consumidores e do consumo médio das residências. Na classe comercial, observa-se o contínuo processo de abertura de pontos comerciais, muito deles de elevado padrão de consumo como hipermercados, shopping centers e hotéis. No segmento industrial, o consumo de energia decresceu 4,8 % em 2009, devido aos impactos causados pela crise. Entretanto, é importante observar recuperação do consumo industrial ao longo de 2009.

3. A EDP BANDEIRANTE E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Bandeirante Energia S.A., empresa de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,6 milhões de habitantes. Em 2009 foram distribuídos 13.292 GWh a um total de 1,482 milhões de clientes faturados, representando uma queda de 1,9% da energia distribuída em relação a 2008.

4. PRINCIPAIS INDICADORES (*)

Descrição	Saldos			
	unidade	Dez/09	Reclassificado	Dez/08
Financieiros				
Ativo Total	R\$ mil	2.535.244	2.250.691	12,6
Patrimônio Líquido	R\$ mil	636.126	680.031	-6,5
Dívida Líquida (1)	R\$ mil	344.884	333.872	3,3
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	vezes	0,5	0,5	0,0
Dívida Líquida/EBITDA (12 meses)	vezes	0,8	0,8	0,0
Resultados				
Receita Bruta	R\$ mil	3.319.354	2.976.032	11,5
Receita Líquida	R\$ mil	2.099.349	1.953.818	7,4
Gastos Gerenciáveis e Não Gerenciáveis	R\$ mil	(1.738.451)	(1.640.135)	6,0
Resultado do Serviço (EBIT)	R\$ mil	360.898	313.683	15,1
EBITDA (2)	R\$ mil	444.977	401.321	10,9
Resultado Financeiro	R\$ mil	(59.834)	(62.104)	-3,7
Resultado não Operacional	R\$ mil	(6.566)	(2.823)	132,6
Resultado antes de Impostos	R\$ mil	294.498	248.756	18,4
Lucro Líquido	R\$ mil	241.906	205.716	17,6
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/rec. líquida)	%	21,2%	20,5%	0,7 p.p.
Margem Líquida (lucro líq./rec. líquida)	%	11,5%	10,5%	1,0 p.p.
Operacionais				
Energia Distribuída	MWh	13.291.676	13.553.861	-1,9
Energia Vendida a Clientes Finais	MWh	8.547.077	8.466.152	1,0
Residencial	MWh	2.992.589	2.814.965	6,3
Industrial	MWh	2.951.238	3.101.231	-4,8
Comercial	MWh	1.696.831	1.626.121	4,3
Rural	MWh	71.927	101.298	-29,0
Outros	MWh	834.492	822.537	1,5
Suprimento a Outras Concessionárias	MWh	32.878	-	n.a.
Consumo Próprio	MWh	4.701	4.821	-2,5
Energia em Trânsito	MWh	4.707.020	5.082.888	-7,4
Investimentos Líquidos (3)	R\$ mil	137.603	134.768	2,1
Número de Clientes Finais	mil	1.482.523	1.438.815	3,0
Número de Colaboradores	unidade	1.055	1.068	-1,2
Produtividade (MWh distribuído/empregado)	MWh	12.599	12.691	-0,7
Duração Equiv. de Interrupção por Cliente - DEC	horas	12,77	11,34	12,6
Frequência Equiv. de Interrupção por Cliente - FEC	vezes	6,43	6,30	2,1

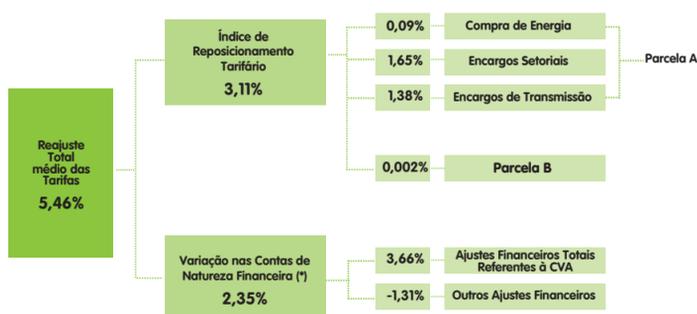
(1) Dívida Líquida = Dívida bruta - caixa e valores mobiliários - saldo líquido de ativos regulatórios
(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional
(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais
(*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações operacionais não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

O reajuste médio anual das tarifas da EDP Bandeirante, com efeito a partir de 23 de outubro de 2009, foi de 5,46% para o período compreendido entre outubro/2009 a setembro/2010, sendo 3,11% relativo ao reajuste tarifário anual econômico e 2,35% referente aos componentes financeiros pertinentes, que, computado o efeito dos itens financeiros retirados da base, de 4,44%, correspondem a um efeito médio de 1,02% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Na composição do reajuste médio destacam-se a compra de energia, a Parcela B e os ajustes financeiros, conforme demonstrado no quadro a seguir:

EDP BANDEIRANTE: Decomposição do Índice de Reajuste Tarifário de 2009



(*) Correspondente principalmente ao saldo da Conta de Variação de Itens da Parcela A (CVA) e aos demais itens financeiros previstos em regulamentação, inclusive dos ajustes decorrentes da conclusão do processo da 2ª Revisão Tarifária Periódica da EDP Bandeirante, publicado em 06 de outubro de 2009.

No dia 06 de outubro de 2009, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel homologou de forma definitiva o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica da EDP Bandeirante (período Out 2007-Out 2011), conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa 338/2008.

Computados todos os efeitos, o índice de revisão tarifária agora aprovado pela Aneel é de -9,79%, em substituição ao valor provisório, fixado em outubro de 2007, de -8,80%. Não obstante as alterações publicadas pela Aneel com a conclusão do Segundo Ciclo de Revisão Tarifária estarem refletidas nos índices homologados no Reajuste Tarifário do ano de 2009, a EDP Bandeirante ainda aguarda o julgamento do Recurso Administrativo impetrado junto a Aneel, conforme CT-PR-22/09, de 26/10/2009, questionando o resultado da Nota Técnica 331/09-SFF/Aneel.

A Resolução Homologatória Aneel 889, de 06 de outubro de 2009, torna definitiva a 2ª Revisão Tarifária Periódica da Bandeirante Energia.

O Investimento Remunerável, também denominado Base de Remuneração Regulatória - BRR, sobre o qual foram calculadas a remuneração e a depreciação dos ativos da Parcela B da receita requerida da concessionária, estão apresentados a seguir:

Resumo da Base de Remuneração Regulatória (*)

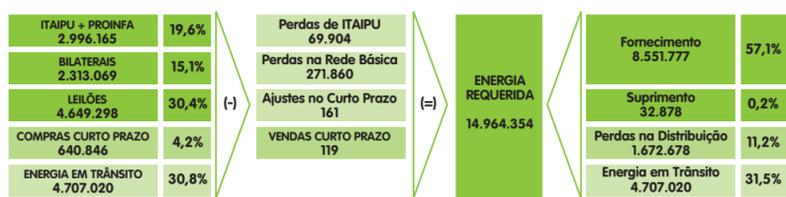
Descrição	RS mil
1 Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	2.991.127
2 Índice de Aproveitamento Integral	10.013
3 Obrigações Especiais	248.806
4 Bens Totalmente Depreciados	378.164
5 Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	2.354.144
6 Depreciação Acumulada	1.579.821
7 AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	1.411.306
8 Índice de Aproveitamento Depreciado	10.013
9 Valor da Base de Remuneração (VBR)	1.401.292
10 Almoxarifado em Operação	1.466
11 Ativo Diferido	-
12 Terrenos e Serviços	67.340
13 Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)-(3)+(10)+(11)+(12)	1.221.292
14 Taxa de Depreciação	4,58%
15 Quota de Reintegração Regulatória = (14)*(5)	107.820

(*) Não Auditado.

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Balanco Energético (MWh)

O Balanco Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo. A energia requerida foi de 14.964 GWh, apresentando uma retração de 1,4% em relação a 2008. Tal retração está concentrada na Energia em Trânsito que engloba o consumo dos clientes livres que foram fortemente atingidos pela crise mundial.



Compra de Energia

A energia requerida pela Companhia em 2009 foi de 10.599 GWh superior 2,0% à verificada em 2008. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do PROINFA representam 28,3%, as compras no ACR (CCEAR e Contrato de Ajuste) 43,9%, os Contratos Bilaterais 21,8% e o Curto Prazo 6,0%.

Energia Distribuída

O total de energia elétrica vendida aos clientes finais em 2009 atingiu o montante de 8.585 GWh, representando um acréscimo de 1,3% em relação ao ano anterior.

	Clientes Faturados (Unidade)		MWh		R\$ mil	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Fornecimento						
Residencial	1.357.429	1.318.912	2.992.589	2.814.965	922.292	805.761
Industrial	10.088	9.587	2.951.238	3.101.231	725.911	696.146
Comercial	94.536	92.030	1.696.831	1.626.121	481.602	431.330
Rural	8.224	8.215	71.927	101.298	15.987	17.194
Outros (1)	12.078	9.907	834.491	822.537	188.615	170.501
(-) Transferido para Energia Trânsito (2)					(1.189.080)	(1.135.569)
Energia Forn. Clientes Finais	1.482.355	1.438.651	8.547.076	8.466.152	1.145.327	985.363
Suprimento Convencional	2		32.878		1.482	
Energia em Trânsito	73	72	4.707.020	5.082.888	304.935	282.675
(+) Transferido dos Clientes Finais (2)					1.189.080	1.135.569
Consumo Próprio	93	92	4.701	4.821		1.145
Total Energia Distribuída	1.482.523	1.438.815	13.291.676	13.553.861	2.640.824	2.404.752
Fornecimento não faturado (3)					(1.792)	545
Outras Receitas					26.920	36.260
(-) Deduções à Receita Operacional					(566.603)	(487.739)
Receita Operacional Líquida					2.099.349	1.953.818

Notas:

(1) Outros = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público.

(2) Receita de Uso das Instalações incluída no faturamento dos Clientes Finais.

(3) Fornecimento não faturado inclui ajustes regulatórios à receita.

A energia vendida à classe residencial teve um volume de vendas de 2.993 GWh, representando um acréscimo de 6,3%, reflexo da ampliação do consumo por consumidor (CPC), que em 2009 atingiu o patamar de 188,2 KWh, contribuindo com um acréscimo de 4,7% em relação ao ano anterior. A classe industrial cativa totalizou o montante de 2.951 GWh de energia vendida, representando um decréscimo de 4,8% em relação ao ano anterior, devido ao cenário econômico desfavorável que culminou com a crise mundial. A classe comercial apresentou um crescimento de 4,3%, com volume de vendas de 1.697 GWh no ano; enquanto a venda de energia para as demais classes totalizou 834 GWh, o que corresponde a um acréscimo de 1,5% em relação a 2008.

A energia elétrica distribuída pelo sistema da EDP Bandeirante para o mercado livre e para outras concessionárias totalizou o montante de 4.707 GWh, o que representa um decréscimo de 7,4%, em relação ao ano anterior. Esta queda reflete a crise mundial que impactou o Brasil no final de 2008 e durante grande parte do ano de 2009.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perdas Técnicas e Não Técnicas

A Aneel determina, para cada ano de um período tarifário, o nível máximo de perdas a ser admitido sobre a energia injetada no sistema de distribuição da EDP Bandeirante. Essa determinação pode ser feita mediante a fixação de um valor único para todo o período tarifário ou pela definição de uma "trajetória" ou curva decrescente.

Com relação aos valores verificados, constatou-se um decréscimo de 0,05 pontos percentuais, nas Perdas Técnicas, bem como um acréscimo de 0,53 pontos percentuais nas Perdas não Técnicas em relação a 2008, em função do crescimento da energia disponibilizada aos circuitos de distribuição, do crescimento das ligações clandestinas da classe residencial, principalmente na região do Alto do Tietê e instabilidade causada pela renovação dos contratos para atividades de leitura de medidores, durante o período de transição das empresas terceirizadas.



(*) Alteração da metodologia da Aneel

Combate às Perdas Não Técnicas

Especialmente no ano de 2009, previu-se uma tendência de crescimento das perdas não técnicas decorrentes da crise econômica deflagrada em 2008, o que motivou adequações no planejamento do combate a essas perdas. Nesse sentido, prioritariamente, as inspeções foram direcionadas para as unidades consumidoras das classes industrial e comercial, elevando o valor médio apurado por irregularidade. O refinamento das técnicas de seleção de alvos, elevou o índice de acerto das inspeções e, conseqüentemente, o aumento dos valores recuperados.

Em 2009, foram regularizadas 12,1 mil ligações clandestinas, substituídos 35,8 mil medidores e realizadas 64,8 mil inspeções em unidades consumidoras com a identificação de 7.181 irregularidades, levando a apuração de 55,5 GWh.

Apesar da redução dos custos operacionais planejados para o ano, associada ao cenário da crise econômica mundial, o conjunto de ações realizadas levou à recuperação de aproximadamente 52,3 GWh no ano. Em 2009 foram negociados R\$ 20,1 milhões e recebidos R\$ 12,7 milhões, melhores resultados do programa até o momento.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

Relacionamento com o Cliente

A EDP Bandeirante oferece uma estrutura de atendimento segmentada de acordo com o nível de tensão e classe tais como baixa, média e alta tensão e entidades Municipais, Federais e Estaduais entre outros.

Oferece diversos canais de relacionamento com o cliente tais como *Call Center*, Lojas de Atendimento Presencial, Internet, atendimento aos Grandes Clientes e atendimento ao Poder Público.

Para isso a EDP Bandeirante conta com uma moderna Central de Atendimento Telefônico (*Call Center*), em conformidade com as exigências do órgão regulador Aneel e ao decreto 6.523 de 2008 - Lei do SAC, com infraestrutura e parque tecnológico de ponta dedicada para melhor atender seus clientes de baixa e média tensão. Essa central está estruturada para atendimentos emergenciais e comerciais, com opção de atendimento humano e eletrônico. No ano de 2009, 2.863,3 mil clientes do Grupo B e 27 mil clientes do Grupo A utilizaram este canal.

Disponibiliza uma Agência Virtual que possibilita aos clientes à solicitação de serviços, consultas e utilidades, registrando um total de 4.134,5 mil consultas e serviços.

Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a EDP Bandeirante está presente em 24 municípios da sua área de concessão, com uma estrutura composta por 25 lojas de atendimento presencial, que realizaram 1.127,4 mil atendimentos.

Para os clientes de média e alta tensão, além do atendimento telefônico e internet, o relacionamento é realizado através de Gestores de Clientes, que atendem presencialmente 2,2 mil clientes por ano.

As Entidades Municipais, Estaduais e Federais contam com uma estrutura exclusiva, com opção de atendimento telefônico, eletrônico, presencial, com a realização de 6mil serviços atendidos em 2009.

A Ouvidoria da EDP Bandeirante é responsável por receber as reclamações, elogios, sugestões e críticas dos clientes com garantia de respostas a todas as suas manifestações além da atribuição de instância administrativa de recursos e intermediação com os Órgãos Regulamentares Arsesp e Aneel.

Para o atendimento aos Procons e demais órgãos de Defesa do Consumidor, também é oferecida estrutura exclusiva de atendimento com um *Call Center* gratuito, localizado em Mogi das Cruzes, bem como as providências e respostas referentes às reclamações formais e processos administrativos.

A Companhia, com o objetivo de oferecer maior comodidade aos clientes no pagamento de sua fatura de energia elétrica, disponibiliza, além dos pagamentos eletrônicos (internet, débito automático, auto pagamento), 1.046 pontos de pagamento, distribuídos em agentes lotéricos, bancos e correspondentes bancários.

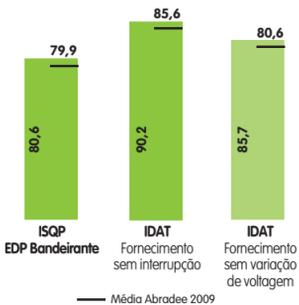
Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente (ISQP) - Pesquisa Abradee

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a Companhia participa da pesquisa conduzida pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica.

Em 2009, a EDP Bandeirante atingiu um índice de satisfação de 80,6% ficando acima da média Abradee (79,9%). Alguns pontos da pesquisa que merecem destaque e estão relacionados à qualidade de energia entregue aos clientes, como exemplos os seguintes indicadores:

- "Fornecimento de energia sem interrupção", com 90,2% de aprovação, e
- "Fornecimento de energia sem variação de voltagem", avaliado em 85,7%.

Ambos acima da média Abradee, conforme gráfico:



8. INVESTIMENTOS

A EDP Bandeirante, em 2009, deu seguimento aos esforços voltado aos investimentos em expansão e melhoria da rede, automação e medição, num montante de R\$ 137,6 milhões líquidas de recursos recebidos a título de obrigações especiais, investimentos estes que contribuíram, para o desenvolvimento econômico-social nas regiões do Alto Tietê, do Vale do Paraíba e do Litoral Norte.

	Dez/09	Dez/08	R\$ mil Variação
Expansão de Rede	66.267	71.172	(4.905)
Melhoramento da Rede	52.136	31.602	20.534
Universalização	10.809	13.652	(2.843)
Telecom., Informática e Outros	18.353	43.663	(25.310)
Subtotal	147.565	160.089	(12.524)
(-) Obrigações Especiais	(9.962)	(25.321)	15.359
(=) Investimento Líquido	137.603	134.768	2.835

Expansão do Sistema Elétrico

Para atendimento da demanda de mercado foram investidos R\$ 66 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição, visando à ligação de novos clientes e à instalação de sistemas de medição. Vale destacar a aplicação de investimentos da ordem de R\$ 21 milhões, destinados ao início da construção de três novas subestações de distribuição: Pedreira (66MVA), Satélite (120MVA) e Araretama (40MVA), que atenderão as regiões de Itaquaquecetuba, Guarulhos e Taubaté/Pindamonhangaba, respectivamente.

Em 2009, foi iniciada a ampliação/remodelação das subestações Suzano e Guararema e foi finalizada a ampliação/remodelação das ETD's Caraguatuba, Massaguçu e José Centro. Foram iniciados os processos de construção das linhas Nordeste-Itapeti (16km) e Itapeti-São José (20km). Tais empreendimentos têm por objetivo aliviar as ETT's Nordeste e São José dos Campos, respectivamente. Tais empreendimentos propiciarão uma melhora substancial na flexibilidade operativa entre as regiões afetadas.

Melhoramento da Rede

Os investimentos em melhoramento de redes totalizaram R\$ 52,1 milhões, que foram aplicados, principalmente, na substituição de equipamentos e medidores obsoletos, no recondutoramento de redes em final de vida útil e em ações de combate às perdas não técnicas. Tais medidas propiciam a modernização do sistema elétrico, com melhoria de qualidade do fornecimento de energia elétrica.

Universalização

Os investimentos na Universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica totalizaram R\$ 10,8 milhões, que foram destinados à ligação, dos clientes da área urbana e rural com demanda inferior a 50 kW, dentre os quais estão aqueles abrangidos pelo Programa Luz para Todos. Neste Programa, a EDP Bandeirante somou esforços, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua, atendendo, até o momento, 10.295 clientes.

No primeiro contrato, iniciado em junho de 2004 e finalizado em dezembro de 2006, a EDP Bandeirante investiu R\$ 17,6 milhões, disponibilizando energia elétrica a um total de 6.351 instalações, superando a meta de 6.217 ligações acordadas com o Ministério de Minas e Energia, a Eletrobrás e a Aneel, em junho de 2007 foi firmado o segundo contrato, com previsão de atendimento de 3.706 ligações. Neste novo contrato, foram realizadas 3.944 ligações e investidos R\$ 12,9 milhões, até o final de 2009.

Tecnologia da Informação

Os investimentos em Tecnologia da Informação na ordem de R\$ 1,9 milhão foram destinados para os ambientes distribuídos (aquisição de Servidores, *Switches*, etc.) e atualização do ambiente de microinformática (*Notebook's*, Micro Computadores, Impressoras, etc.). Os impactos foram positivos na adequação da infraestrutura, proporcionando melhoria na produtividade dos usuários, redução de custos, além de garantir a sustentabilidade do negócio.

Sistemas de Controle (Automação e Telecomunicação Operativa)

A aplicação de recursos em Sistemas de Controle teve, por orientação, o aumento da eficiência e flexibilidade operacional, a redução do risco operativo, a ampliação da capacidade de produzir soluções, contribuindo para a sustentabilidade do negócio e a necessidade de integração de sistemas (Convergência de Sistemas e Conhecimento).

Os investimentos totalizaram R\$ 5,3 milhões e destaca-se, entre as diversas ações, a implantação do novo *videowall* em tecnologia LCD e a implantação do site de Telecomunicações na EBC Papel Simão, que interliga via rádio digital o COS com o site de contingência em São José dos Campos - COR, com a adoção do conceito de *disaster recovery system*.

No Sistema PLATOE - Plataforma de Operação e Engenharia foi investido na duplicação do sistema no site principal do COS e no site de contingência em São José dos Campos COR, no Sistema RTDAC - Rede de Transporte Digital de Alta Capacidade de Rádio Digital passamos a cobrir, em 2009, os sites de Itapeti (Mogi das Cruzes), Itapeva (Campos do Jordão) e Cantareira (Mairiporã). Entrou em operação plena o sistema SDM - Sistema de Despacho Móvel, que permite o envio de ordens de serviço às viaturas, de forma digital, através de comunicação via rádio VHF e cobertura via GPRS, em zonas de sombras.

E a entrada em operação das integrações do SIT Raios com o SCADA e *PowerOn* no COS - Centro de Operação do Sistema e COD - Centro de Operação da Distribuição, em ambiente de operação em tempo real, com o foco no conceito de *smartgrids*.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores de Performance

Os indicadores de desempenho da qualidade do serviço se mantiveram dentro dos padrões de excelência nacional. Isso se deve principalmente aos investimentos realizados, bem como das ações de manutenção preventiva realizados nos ativos do sistema de distribuição. Os indicadores DEC e FEC, que se apresentaram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela Aneel, sendo registradas 12,77 horas e 6,43 interrupções, respectivamente.

Indicador	Unidade	2005	2006	2007	2008	2009
DEC	Horas	9,17	8,82	9,57	11,34(*)	12,77(**)
FEC	Veze	6,62	5,51	5,90	6,30	6,43(**)

DEC - Duração equivalente de interrupções por cliente (horas - média cliente/ano)

FEC - Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano)

(*) O efeito La Niña e a quantidade de dias atípicos no período, foram os principais fatores para a piora do indicador de qualidade técnico - DEC

(**) Em 10/11/09 houve o "apagão" no SIN-Sistema Interligado Nacional, sendo o impacto considerado no DEC: 3.16 hs e no FEC: 1,04

Principais Dados das Instalações Elétricas

Descrição Subestações	2009	2008	Variação (%)
Quantidade	59	59	0,0
Potência Instalada de Transformadores (MVA)	3.209	3.153	1,8
Redes de Distribuição - Própria (Km)	25.247	26.292	-4,0
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 KV)	911	909	0,2
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor que 69 KV)	13.327	13.082	1,9
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 KV)(***)	11.009	12.301	-10,5
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	55.295	53.730	2,9
Transformadores de Distribuição - Urbano	40.429	39.488	2,4
Transformadores de Distribuição - Rural	14.816	14.192	4,4
Transformadores de Distribuição - Subterrâneo	50	50	0,0
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	2.873	2.740	4,9
Potência Instalada na Distribuição - Urbano	2.502	2.390	4,7
Potência Instalada na Distribuição - Rural	345	324	6,5
Potência Instalada na Distribuição - Subterrâneo	26	26	0,0
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	515.246	508.437	1,3
Postes em Redes de Distribuição - Urbano	392.376	388.694	0,9
Postes em Redes de Distribuição - Rural	122.870	119.743	2,6
Iluminação Pública			
Lâmpadas - Unidades (de propriedade da empresa)	271.108	264.809	2,4
Lâmpadas - Unidades (de propriedade dos municípios)	63.327	63.171	0,2
Redes BT - Km (Menor que 1KV)	2.026	2.164	-6,4

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2009, foram concluídos dez projetos de P&D e iniciados outros doze, totalizando assim 23 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$ 4 milhões. Entre os projetos iniciados em 2009, a EDP Bandeirante está participando de quatro projetos relacionados às chamadas estratégicas da Aneel, projetos estes que trazem temas de grande relevância ao setor elétrico nacional, e exigem um grande esforço conjunto e coordenado de várias empresas do setor.

A maioria dos resultados obtidos nos projetos de P&D foi divulgada à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas. Internamente, buscou-se disseminar o conhecimento obtido através da realização de seminários internos e cursos de capacitação aos colaboradores.

Eficiência Energética

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes, as atividades de eficiência energética implementadas pela EDP Bandeirante, em 2009, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE, aprovados pela Aneel para o ciclo 2006/2007, PEE - 2008 e PEE - 2009. Dentre esses projetos destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades de baixa renda, que tem contribuído de maneira determinante para a redução das instalações clandestinas e irregulares, comuns em áreas carentes. De julho/08 até julho/09 (PEE 2008), foram atendidas mais de 43 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações de educação, orientação e fornecimento gratuito de 160 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO de economia. No segundo semestre de 2009, a Companhia iniciou a execução do Projeto de Eficiência Energética em conjuntos habitacionais de baixa renda, localizados no município de Mogi das Cruzes/SP, que prevêem a substituição dos chuveiros elétricos, utilizados nas residências de 1.680 famílias, por alternativa de aquecimento solar e doação de lâmpadas econômicas.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ mil)	Dez/09	Dez/08	Variação %
Receita Operacional Bruta	3.319.354	2.976.032	11,5
(-) Deduções à Receita Operacional	(1.220.005)	(1.022.214)	19,3
(=) Receita Operacional Líquida	2.099.349	1.953.818	7,4
(-) Despesas Operacionais:	1.738.451	1.640.135	6,0
Gerenciáveis	399.278	382.275	4,4
Pessoal e Adm./Entidades de Previdência Privada	113.948	104.601	8,9
Material	9.187	21.374	-57,0
Serviços de Terceiros	105.489	102.262	3,2
Depreciação e Amortização	84.079	87.638	-4,1
Provisão p/Créd. Liq. Duvidosa/Perdas Líquidas	47.649	33.541	42,1
Provisões para Contingências	9.700	7.933	22,3
Aluguéis e Arrendamentos	1.627	3.355	-51,5
Outras	27.599	21.571	27,9
Não Gerenciáveis	1.339.173	1.257.860	6,5
Energia Elétrica Comprada para Revenda	979.434	971.989	0,8
Encargo de Uso do Sist. de Transm. e Distribuição	354.571	280.279	26,5
Taxa de Fiscalização e Prog. Efic. Energética	5.168	5.592	-7,6
(=) Resultado do Serviço	360.898	313.683	15,1
Margem do EBIT - %	17,19%	16,05%	7,1
EBITDA	444.977	401.321	10,9
Margem do EBITDA - %	21,20%	20,54%	3,2

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 7,4% em relação ao ano anterior, atingindo R\$ 2.099 milhões. O aumento verificado de R\$ 145,5 milhões é proveniente do resultado líquido de: a) aumento de R\$ 159,9 milhões da receita de fornecimento a clientes finais, já deduzido da parcela da receita decorrente do uso das instalações; b) aumento de R\$ 76,1 milhões pelo aumento da receita de uso do sistema de distribuição, faturada aos clientes livres e clientes cativos; c) redução de R\$ 88,2 milhões no valor líquido das outras receitas e deduções; e d) redução de R\$ 2,3 milhões de fornecimento não faturado.

Em 2009, a receita de Uso do Sistema de Distribuição totalizou R\$ 1.494 milhões, onde R\$ 304,9 milhões refletem o faturamento de clientes no regime de contratação livre e R\$ 1.189 milhões corresponde à receita de uso das instalações, incluída no faturamento dos clientes cativos.

As despesas operacionais totalizaram R\$ 1.738 milhões em 2009, superiores em 6% ao verificado no ano anterior.

As despesas operacionais gerenciáveis da EDP Bandeirante, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros e outras despesas, aumentaram em 2009 em R\$ 17 milhões, correspondente a um acréscimo de 4,4% em relação ao ano anterior.

As despesas operacionais não gerenciáveis correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão, cuja cobertura tarifária é assegurada pelo Regulador através dos reajustes tarifários e mecanismo da Conta de Compensação de Variação de Custos da parcela "A" - CVA. Os custos não gerenciáveis cresceram R\$ 81,3 milhões em relação ao ano anterior.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R\$ 360,9 milhões em 2009, superior em 15,1% ao obtido no ano anterior. Este desempenho proporcionou a elevação da margem do EBIT de 16,1% em 2008 para 17,2% em 2009. O EBITDA do período foi de R\$ 444,9 milhões, superior em 10,9% ao obtido no ano anterior, apresentando um aumento da margem do EBITDA de 20,54% em 2008 para 21,20% em 2009.

Em 2009, a EDP Bandeirante apresentou um Lucro Líquido de R\$ 241,9 milhões, superior em 17,6% ao registrado no ano anterior.

Endividamento R\$ mil

Endividamento (R\$ mil)	Saldo em		Variação %
	Dez/09	Dez/08	
Dívida Bancária (*)	696.355	524.231	32,8
(-) Disponibilidades	(337.731)	(129.091)	161,6
(=) Dívida Bancária Líquida	358.624	395.140	-9,2
(-) Ativo Regulatório Líquido	(13.740)	(61.268)	-77,6
(=) Dívida Líquida	344.884	333.872	3,3

(*) Inclui Empréstimos e financiamentos, Debêntures, Encargos financeiros e Operações de "Swap"

Em 31 de dezembro de 2009, a EDP Bandeirante apresentou uma dívida líquida de R\$ 344,8 milhões, superior em 3,3% em relação ao verificado no ano anterior. Esta variação verificou-se em função de um aumento da dívida bruta, de um maior saldo das disponibilidades e menor saldo de ativos regulatórios em 31 de dezembro de 2009.

A Moody's América Latina ("Moody's") elevou o Rating de Emissor da Bandeirante Energia S.A. ("Bandeirante") para Baa3 de Ba2 na escala global e para Aa1.br de Aa3.br na escala nacional brasileira. A elevação dos ratings reflete a melhora dos indicadores de crédito da Companhia, o papel importante na estratégia de continuidade de obtenção de geração de caixa saudável no médio prazo.

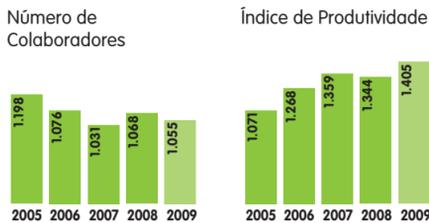
12. GESTÃO DE PESSOAS

Visando a transformação cultural do Grupo e implantação de um novo modelo organizativo, foi lançado o "Programa Vencer", considerando quatro vertentes para sua realização: Crescimento e Resultados; Organização e Eficiência, Pessoas e Cultura e Inovação e Sustentabilidade. No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, com ações que incluem a adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, entre outros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Força de Trabalho

Em 2009, o índice de produtividade (clientes por colaborador) apresentou tendência favorável, atingindo o número de 1.405 clientes por empregado, em 2008 este índice estava em 1.344, finalizando o ano com um quadro de pessoal de 1.055 colaboradores. Foi realizado, pelo segundo ano consecutivo, o programa Sou EDP, treinamento orientado à cultura do Grupo EDP, que contou com a participação de 91% do quadro.



Programa de Benefícios

O programa de benefícios oferece o plano de assistência médica, hospitalar e odontológica extensivo aos dependentes, bem como auxílio alimentação, auxílio refeição, seguro de vida e auxílio funeral, subsídio para compra de medicamentos, auxílio creche/babá, auxílio dependente especial; materiais escolares e incentivos à educação formal e pós-graduação.

Capacitação e Desenvolvimento

Investimentos na ordem de R\$ 1,4 milhão foram realizados pela Companhia em capacitação, desenvolvimento, atualização dos colaboradores, correspondendo a 62.461 horas de treinamento, com média de 59,48 horas por colaborador. Com a finalidade de atender a Norma Regulamentadora nº 10 foi desenvolvido o treinamento NR10 Módulo Reciclagem, realizado através da internet por todos os colaboradores da área técnica que atuam junto ao sistema elétrico de potência.

O Programa de Incentivo à Educação Formal, realizado desde 2001, disponibiliza bolsas de estudo aos colaboradores, englobando cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, visando o fomento ao auto desenvolvimento, atualização profissional e investimento na carreira.

Planejamento de Pessoas e Sucessão

Projetos importantes como o desenvolvimento do Plano de Sucessão e das trilhas de carreira foram concluídos no ano, com foco na estratégia de garantir a perenidade do negócio a partir das pessoas. Assim, para todas as posições de liderança da organização, foram identificados possíveis sucessores de curto, médio e longo prazo. Com relação à trilha de carreira, foram considerados todos os cargos existentes na estrutura organizacional, e todas as empresas e áreas do Grupo para identificação de oportunidades internas, que permitam o autodesenvolvimento e gestão de carreira.

Saúde e Segurança do Trabalho

O ano de 2009 foi marcado pelo estreitamento na relação com fornecedores, quando o tema é segurança do trabalho. Auditorias rigorosas foram realizadas, no intuito de acompanhar as práticas desenvolvidas, bem como apurar a efetividade do cumprimento de procedimentos e normas determinados. O resultado, foi a redução da taxa de gravidade, de 110,5 (dez/08) para 46,62 (dez/09).

No final do ano de 2009 a EDP Bandeirante passou por auditoria externa do órgão certificador da BVQI para obtenção da Certificação OHSAS (*Occupational Health and Safety Assessment Series*) 18001/2007 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Operação de Estações, onde finaliza as ações para obtenção do Certificado no ano de 2010. Buscar continuamente o bem-estar dos colaboradores, provendo ambientes saudáveis é o princípio orientador em se tratando de saúde. Assim, além de exames periódicos, *check up's* (abrangem executivos), visitas técnicas, monitoramentos de dislipidemias, obesidade, hipertensão e diabetes, foram realizadas, em 2009, campanhas de vacinação antigripal e de rubéola, de combate à gripe A, de doação de sangue, além de disseminação freqüente de boletins relacionados a saúde.

15. BALANÇO SOCIAL - (MODELO IBASE)

1 - Base de Cálculo	2009 Valor (Mil reais)	2008 Valor (Mil reais) (**)
Receita Líquida (RL)	2.099.349	1.953.818
Resultado Operacional (RO)	301.064	251.579
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	92.608	89.208

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	7.131	7,70	0,34	7.506	8,41	0,38
Encargos Sociais Compulsórios	27.335	29,52	1,30	24.226	27,16	1,24
Previdência Privada	17.363	18,75	0,83	6.288	7,05	0,32
Saúde	10.404	11,23	0,50	11.884	13,32	0,61
Segurança e Saúde no Trabalho	-	-	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Profissional	1.896	2,05	0,09	1.189	1,33	0,06
Creches ou Auxílio-Creche	180	0,19	0,01	122	0,14	0,01
Participação nos Lucros ou Resultados	12.896	13,93	0,61	7.897	8,85	0,40
Programa de Desligamento	-	-	-	-	-	-
Voluntário - PDV	-	-	-	-	-	-
Outros	1.070	1,16	0,05	733	0,82	0,04
Total - Indicadores Sociais Internos	78.275	84,52	3,73	59.845	67,08	3,06

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	917	0,30	0,04	1.538	0,61	0,08
Cultura	2.401	0,80	0,11	899	0,36	0,05
Saúde e Saneamento	80	0,03	0,00	279	0,11	0,01
Esporte	173	0,06	0,01	251	0,10	0,01
Combate à Fome e Segurança Alimentar	-	-	-	-	-	-
Outros	112	0,04	0,01	226	0,09	0,01
Total das Contribuições para a Sociedade	3.682	1,22	0,18	3.193	1,27	0,16
Tributos (excluídos Encargos Sociais)	1.301.759	432,39	62,01	991.868	394,26	50,77
Total - Indicadores Sociais Externos	1.305.441	433,61	62,18	995.061	395,53	50,93

4 - Indicadores Ambientais	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos Relacionados com a Produção/Operação da Empresa	5.433	1,80	0,26	5.120	2,04	0,26
Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	5.433	1,80%	0,26%	5.120	2,04%	0,26%
Quanto ao Estabelecimento de "Metas Anuais" para:	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() não possui metas	() não possui metas	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%
Minimizar Resíduos, o Consumo em Geral na Produção/Operação e Aumentar a Eficácia na Utilização de Recursos Naturais, a Empresa:	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 0 a 50%	(X) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2009	2008
Nº de Empregados(as) ao Final do Período	1.055	1.068
Nº de Admissões Durante o Período	84	102
Nº de Empregados(as) terceirizados(as)	1.528	1.944
Nº de Estagiários(as)	61	61
Nº de Empregados(as) acima de 45 Anos	290	306
Nº de Mulheres que Trabalham na Empresa	251	245
% de Cargos de Chefia Ocupados por Mulheres	26%	21%
Nº de Negros(as) que Trabalham na Empresa (*)	120	125
% de Cargos de Chefia Ocupados por Negros(as)	8%	5%
Nº de Pessoas com Deficiência ou Necessidades Especiais	17	46

16. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a EDP Bandeirante informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2009, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as demonstrações

13. SUSTENTABILIDADE, RESPONSABILIDADE SOCIAL E MEIO AMBIENTE

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

A EDP Bandeirante, alinhada aos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, à Política de Sustentabilidade e ao Código de Ética que direcionam o grupo EDP no Brasil, manteve a continuidade de ações voltadas para a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos. As iniciativas desenvolvidas abrangeram colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades e outros importantes atores sociais, que visaram oportunizar a criação de parcerias, o aprofundamento do diálogo e a maximização desse relacionamento.

Em 2009, programas corporativos como o Boca Livre, voltados aos colaboradores e contratados, forneceram um espaço para discussão de temas considerados relevantes para a Companhia. Com a condução de um palestrante convidado, foram abordados assuntos como trabalho infantil e escravo, consumo consciente, mudanças climáticas, ações sociais, entre outros. Os encontros tiveram a participação de 2.946 pessoas do público interno. O Programa Econosco, que congrega ações de incentivo à redução do consumo interno, proporcionou à EDP Bandeirante uma queda de 6% no consumo específico de energia elétrica por colaborador, com economia de 1.443MWh.

As comunidades presentes na área de concessão da EDP Bandeirante foram beneficiadas pelos programas socioculturais apoiados e promovidos pela Companhia, com investimentos de R\$ 3,68 milhões. O programa EDP Solidária apoiou projetos sociais com foco na saúde, educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a aproximadamente 3.488 pessoas. O EDP nos Esportes incentivou projetos voltados à prática do Judô e karatê, que envolveu crianças portadoras de Síndrome de Down. Já o EDP Cultura promoveu projetos direcionados à disseminação e inclusão pelas artes. O Programa EDP nas Escolas beneficiou 17.120 alunos do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental de 56 escolas públicas municipais. A implementação desses investimentos socioculturais contou com a participação ativa de colaboradores voluntários, que dedicaram seu tempo livre para a promoção da inclusão e da cultura nas comunidades.

Cabe ressaltar o papel fundamental da EDP Bandeirante que, com suas práticas de excelência em responsabilidade social corporativa, contribuiu para a manutenção das ações da EDP no Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA pelo quarto ano consecutivo.

Meio Ambiente

Os gastos de natureza ambiental em 2009 da EDP Bandeirante foram de R\$ 5,4 milhões, com foco na implantação do sistema de gestão ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na implantação de redes compactas e isoladas. A instalação de 132 km de redes compactas de distribuição de energia elétrica em 2009 nos municípios de concessão da Companhia proporciona melhor desempenho do sistema e uma convivência mais harmoniosa com a vegetação em áreas urbanizadas, reduzindo a necessidade de supressão e contribuindo diretamente para a paisagem. Destaque também para o Convênio com a Prefeitura Municipal de São José dos Campos que permitiu o plantio voluntário de 3.150 mudas de árvores nativas na Área de Proteção Ambiental de São Francisco Xavier.

Para permitir a expansão do sistema de alta tensão foi obtida a Licença Ambiental de Instalação para a linha de transmissão Nordeste - Pedreira e respectiva subestação ETD Pedreira, o que permitirá o acréscimo de potência de 66 MVA na região de Itaquaquecetuba. Na prevenção de passivos ambientais, a EDP Bandeirante continua o desenvolvimento de um programa de monitoramento de solos e águas subterrâneas em todas as suas instalações, bem como campanhas periódicas de medição de ruídos em subestações.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2009, a EDP Bandeirante foi reconhecida em várias atividades que desenvolveu, recebendo prêmios e destaques atestando a qualidade de sua gestão empresarial:

- Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia - edição 2009, concedido pelo Ministério de Minas e Energia, coordenado da Eletrobrás, através do Programa Reluz;
- 3ª colocada no IASC 2009 - Índice Aneel de Satisfação do Consumidor, na categoria nacional de empresas acima de 400 mil unidades consumidoras;
- Presença na 12ª edição da pesquisa "As Empresas mais admiradas do Brasil", organizada pela revista Carta Capital, entre as 8 primeiras empresas no ranking de fornecedores de energia elétrica;
- Certificação do Programa de Eficiência Energética conforme a norma NBR ISO 9001:2008 em 2009;
- Conquista do Troféu Transparência, da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Admin. e Contabilidade), empresas de capital aberto com faturamento de até R\$ 4 bilhões, reconhecimento público das melhores demonstrações contábeis publicadas no país.

6 - Informações Relevantes quanto ao exercício da Cidadania Empresarial

2009	Metas 2010
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa:	43,41

Número total de acidentes de trabalho:	12	0
--	----	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) emprega-dos(as)
--	-------------	-------------------------	------------------------------	-------------	-------------------------	-------------------------------

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empre-gados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empre-gados(as)	() todos(as) + Cipa
--	-------------------------	-------------------------------	----------------------	-------------------------	-------------------------------	----------------------

Quando à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivar a OIT
--	--------------------	----------------------------	-----------------------------	----------------------	------------------------------	----------------------

A previdência privada contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)
----------------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------------

A Participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)	() direção e gerências	() direção e gerências	(X) todos(as) empre-gados(as)
--	-------------------------	-------------------------	-------------------------------	-------------------------	-------------------------	-------------------------------

Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
---	--------------------------	-------------------	------------------	----------------------------	---------------------	--------------------

Quando à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivar
---	--------------------	-----------	--------------------------	----------------------	-------------	-----------------------------

Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
	250.262	3.844	1.257	200.210	3.075	1.257

% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na Empresa	No Procon	Na Justiça	Na Empresa	No Procon	Na Justiça
	100%	95,96%	22%	100%	100%	22%

Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2009: 1.733.388	Em 2008: 1.510.910
Distribuição do valor adicionado (DVA):	76% governo 6% colaboradores(as) 13% acionistas 1% retido	74% governo 6% colaboradores(as) 13% acionistas 1% retido

7 - Outras Informações

(*) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.

(**) Dados reclassificados (Receita Líquida, DVA e Tributos).

Esta Empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.

Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Informações não auditadas.

financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

18. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Bandeirante registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Bandeirante.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2009	2008
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	337.731	129.091
Consumidores e concessionárias	6	445.628	347.271
Impostos e contribuições sociais	9	140.120	97.966
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	70.456	79.022
Estoques		8.792	4.461
Cauções e depósitos vinculados	12	1.610	14.152
Despesas pagas antecipadamente	7	619	464
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	69.580	64.555
Outros créditos	13	84.170	69.720
		<u>1.158.706</u>	<u>806.702</u>
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	61.697	101.419
Impostos e contribuições sociais	9	16.791	18.525
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	167.471	203.526
Partes relacionadas	11	2.045	1.961
Cauções e depósitos vinculados	12	30.302	48.270
Despesas pagas antecipadamente	7		1
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	25.508	48.237
Outros créditos	13	15.746	9.825
		<u>319.560</u>	<u>431.764</u>
Investimentos Imobilizado	14	681	681
Intangível	15	1.013.602	955.212
		<u>42.695</u>	<u>56.332</u>
		<u>1.056.978</u>	<u>1.012.225</u>
Total do ativo		<u>2.535.244</u>	<u>2.250.691</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2009	2008
			<i>Reclassificado</i>
Receita operacional			
Fornecimento de energia elétrica		1.405.521	1.208.575
Suprimento de energia elétrica		1.482	
Disponibilização do sistema de distribuição		1.885.431	1.731.197
Outras receitas operacionais		26.920	36.260
		<u>3.319.354</u>	<u>2.976.032</u>
Dedução da receita operacional			
Subvenção - CCC e CDE		(231.921)	(191.185)
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética		(20.731)	(20.586)
Quota para reserva global de reversão		(16.326)	(15.483)
Impostos e contribuições sobre a receita		(951.027)	(794.960)
		<u>(1.220.005)</u>	<u>(1.022.214)</u>
Receita operacional líquida	24	2.099.349	1.953.818
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda		(1.013.607)	(997.915)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		(320.398)	(254.353)
	25	<u>(1.334.005)</u>	<u>(1.252.268)</u>
Custo de operação			
Pessoal		(65.470)	(56.074)
Materiais e serviços de terceiros		(59.153)	(59.547)
Depreciações e amortizações		(74.042)	(81.717)
Outros custos de operação		(15.059)	(18.315)
	25	<u>(213.724)</u>	<u>(215.653)</u>
		<u>(1.547.729)</u>	<u>(1.467.921)</u>
Custo do serviço prestado a terceiros	25	(1.583)	(1.526)
Lucro operacional bruto		550.037	470.628
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(49.951)	(40.470)
Despesas gerais e administrativas		(113.614)	(96.790)
Depreciações e amortizações		(10.037)	(5.921)
Outras despesas operacionais		(15.537)	(13.764)
	25	<u>(189.139)</u>	<u>(156.945)</u>
Resultado do serviço		360.898	313.683
Receitas financeiras		49.389	73.684
Despesas financeiras		(109.223)	(135.788)
Resultado financeiro	26	(59.834)	(62.104)
Lucro operacional		301.064	251.579
Outras receitas		2.973	3.290
Outras despesas		(9.539)	(6.113)
		<u>(6.566)</u>	<u>(2.823)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		294.498	248.756
Imposto de renda e contribuição social correntes		(48.061)	(15.544)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(44.621)	(73.976)
	27	<u>(92.682)</u>	<u>(89.520)</u>
Lucro líquido antes da reversão dos juros sobre capital próprio		201.816	159.236
Reversão dos juros sobre capital próprio	26	40.090	46.480
		<u>241.906</u>	<u>205.716</u>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)		39.092	39.092
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		6,19	5,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2008						
Reversão de dividendos (AGE de 20/12/2007)		254.628	334.728	175.675	(15.265)	749.766
Dividendos intermediários				(85.000)	776	776
Lucro líquido do exercício					205.716	205.716
Destinação do lucro					(191.227)	(191.227)
Dividendos propostos					-	680.031
Saldos em 31 de dezembro de 2008	23	254.628	334.728	90.675	-	680.031
Dividendos intermediários				(56.000)		(56.000)
Lucro líquido do exercício					241.906	241.906
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal				12.095	(12.095)	-
Dividendos propostos					(229.811)	(229.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	23	254.628	334.728	46.770	-	636.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**
Bandeirante Energia S.A. ("Companhia" ou "Bandeirante"), Companhia de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A., detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/1998 - Aneel pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.
- Apresentação das demonstrações financeiras**
As demonstrações financeiras, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 23 de fevereiro de 2010, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos Técnicos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito na nota 3.1 a seguir.
A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, determinações do Despacho SFF/Aneel nº 4.722 de 18 de dezembro de 2009 e atualizações posteriores.
2.1 - Reclassificações no exercício anterior
Para fins de comparabilidade, foram efetuadas as seguintes reclassificações, nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008:
Reclassificação no passivo não circulante, da rubrica de Outras contas a pagar para a rubrica de Encargos regulamentares e setoriais o montante de R\$586 referente a Pesquisa e desenvolvimento; e
Crédito de PIS/COFINS - a partir deste exercício a Companhia passou a classificar os créditos dedutíveis das bases do PIS e da COFINS, apurados nos termos das Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, como dedução dos Gastos operacionais, anteriormente contabilizados no grupo de Deduções da Receita e para fins de comparabilidade, foi efetuada a reclassificação do ano anterior no montante de R\$116.663.
- Resumo das principais práticas contábeis**
3.1 - Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
Dentro do processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil para as normas internacionais de relatórios financeiros - IFRS, diversos pronunciamentos foram emitidos durante o ano de 2009 com aplicação mandatória para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, dentro do referido processo. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, os valores do exercício de 2009 aqui apresentados deverão ser reapresentados para fins de comparação quando da publicação das demonstrações financeiras do exercício de 2010. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(Em milhares de reais)	Nota	2009	2008
Passivo e Patrimônio Líquido			
Circulante			
Fornecedores	16	238.234	208.741
Encargos de dívidas	18	14.274	1.804
Impostos e contribuições sociais	9	193.580	131.848
Dividendos		223.797	184.255
Debêntures	17	87.632	94.316
Empréstimos e financiamentos	18	286.318	74.535
Benefícios pós-emprego	19	21.011	27.036
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	23.299	53.408
Devolução tarifária	4,2	28.090	
Obrigações estimadas com pessoal	20	21.790	20.756
Encargos regulamentares e setoriais	21	62.745	64.785
Provisões para contingências	22	7.627	5.255
Outras contas a pagar	13	89.389	104.649
		<u>1.297.786</u>	<u>971.388</u>
Não Circulante			
Impostos e contribuições sociais	9	36.194	
Debêntures	17	83.248	166.075
Empréstimos e financiamentos	18	224.883	187.501
Benefícios pós-emprego	19	67.366	63.678
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"	8	53.879	7.572
Partes relacionadas	11	534	619
Encargos regulamentares e setoriais	21	4.961	586
Provisões para contingências	22	68.235	123.095
Reserva para reversão e amortização	3,2.o	17.248	17.248
Outras contas a pagar	13	44.784	32.898
		<u>601.332</u>	<u>599.272</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	23	254.628	254.628
Reservas de capital	23	334.728	334.728
Reservas de lucros	23	46.770	90.675
		<u>636.126</u>	<u>680.031</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		2.535.244	2.250.691

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2009	2008
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	241.906	205.716
Despesas (receitas) que não afetam o Caixa e equivalentes de caixa		
Consumidores e concessionárias - PCLD e AVP	49.320	35.500
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos, líquidos	44.621	73.976
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(1.316)
Depreciações e amortizações	84.079	87.638
Valor residual de bens e direitos do ativo permanente baixados	8.771	3.394
Despesas pagas antecipadamente e CVA	(4.760)	237
Fornecedores	14.303	(7.291)
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	56.951	71.440
Benefícios pós-emprego - CVM nº 371	(7.663)	(11.765)
Provisões para contingências	4.076	19.046
Devolução tarifária - ajuste do valor homologado	37.453	
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	23.102	23.622
Cauções e depósitos vinculados - atualização monetária	14.637	(1.849)
Outros	670	
(Aumento) diminuição de ativos		
Consumidores e concessionárias	(121.410)	(49.570)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(40.420)	17.765
Estoques	(5.001)	(693)
Cauções e depósitos vinculados	15.873	(23.683)
Despesas pagas antecipadamente e CVA	38.508	3.702
Outros créditos	(20.371)	(54.951)
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	15.190	4.390
Impostos e contribuições sociais correntes	40.206	(7.858)
Devolução tarifária	(9.363)	3
Obrigações estimadas com pessoal	1.034	(13)
Provisões para contingências	(4.858)	(5.822)
Outras obrigações	(5.360)	38.828
Caixa gerado pelas atividades operacionais	471.494	420.446
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado tangível e intangível	(147.565)	(160.089)
Obrigações vinculadas à concessão	9.962	25.321
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(137.603)	(134.768)
Atividades de financiamento		
Partes relacionadas	(169)	227
Dividendos pagos	(240.255)	(309.046)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - ingressos	340.562	75.285
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas pagos	(225.389)	(164.717)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	(125.251)	(398.251)
Aumento (Redução) no Caixa e equivalentes de caixa	208.640	(112.573)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	337.731	129.091
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	129.091	241.664
	<u>208.640</u>	<u>(112.573)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2009	2008
Geração do valor adicionado		
Receita operacional	3.319.354	2.976.032
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(47.649)	(33.541)
Outras receitas	2.973	3.290
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.506.601)	(1.420.917)
Custos da energia comprada	(1.013.607)	(997.915)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(320.398)	(254.353)
Materiais	(9.187)	(21.374)
Serviços de terceiros	(105.489)	(102.262)
Outros custos operacionais	(57.920)	(45.013)
Valor adicionado bruto	1.768.077	1.524.864
Retenções		
Depreciações e amortizações	(84.079)	(87.638)
Valor adicionado líquido produzido	1.683.998	1.437.226
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	49.390	73.684
Valor adicionado total a distribuir	1.733.388	1.510.910
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	72.813	64.781
Benefícios	18.814	20.606
FGTS	9.876	5.822
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	662.139	582.187
Estaduais	653.909	534.475
Municipais	3.170	5.261
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	69.134	89.015
Aluguéis	1.627	3.047
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	40.090	46.480
Dividendos	189.721	144.747
	<u>1.721.293</u>	<u>1.496.421</u>
Lucros retidos	12.095	14.489
	<u>1.733.388</u>	<u>1.510.910</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

- Pronunciamentos**
CPC 17 - Contratos de construção
CPC 20 - Custos de empréstimos - capitalização de juros
CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
CPC 27 - Ativo imobilizado
CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

de remuneração de capital, regulamentada pela Aneel e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica, através do WACC regulatório vigente. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra o resultado do exercício (Notas 6.3 e 26);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, como segue:

Cientes da Classe	Vencidos há mais de
Residencial	90 dias
Comercial	180 dias
Demais classes	360 dias

c) Estoques

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo que, os aplicáveis à operação e manutenção são classificados no Ativo circulante e aqueles destinados a projetos e obras são classificados no Ativo não circulante, na rubrica Imobilizado.

d) Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" - CVA (Nota 8)

Esses custos são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nºs 296 e 116, de 25 de outubro de 2001 e 4 de abril de 2003, respectivamente, na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e nas Resoluções complementares da Aneel.

e) Investimentos

Os Investimentos estão avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

f) Imobilizado (Nota 14)

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, às taxas anuais constantes da tabela anexa às Resoluções Aneel nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras. O mesmo procedimento (quando aplicável) foi adotado até o ano de 1997, para os juros sobre o capital próprio contabilizados, e que financiaram as obras em andamento conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Principais taxas de depreciação praticadas na Distribuição com embasamento nas Resoluções Aneel nºs 02 e 15 de 1997 e nº 240 de 2006.

Atividade de distribuição			
Tipo de imobilizado	% ao ano	Tipo de imobilizado	% ao ano
Banco de capacitores paralelo inferior a 69kV	6,7	Regulador de tensão igual ou superior a 69kV	3,5
Banco de capacitores seriais	5,0	Religador	4,3
Chave inferior a 69kV	6,7	Transformador de distribuição	5,0
Compensador de reativos	3,3	Transformador de força	2,5
Condutor inferior a 69kV	5,0	Transformador de medida	3,0
Disjuntor	3,0	Transformador de serviços auxiliares	3,3
Edificação - casa de força	2,0	Banco de capacitores paralelo igual ou superior a 69kV	5,0
Edificação - outras	4,0	Chave igual ou superior a 69kV	3,3
Estrutura (poste, torre) inferior a 69kV	5,0	Condutor igual ou superior a 69kV	2,5
Medidor	4,0	Estrutura (poste, torre) igual ou superior a 69kV	2,5
Painel, mesa de comando e cubículo	3,0	Regulador de tensão inferior a 69kV	4,8

As Obrigações vinculadas à concessão, demonstradas como retificadoras do Imobilizado, referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e, de acordo com a Resolução Normativa nº 234, de 31 de outubro de 2006 e o Ofício Circular SFF/Aneel nº 1.314/2007, de 27 de junho de 2007, passaram a ser amortizadas a partir da 2ª revisão tarifária periódica (outubro de 2007) por taxa definida pela Aneel correspondente à taxa média de depreciação dos ativos em serviço vinculados ao sistema elétrico de distribuição de energia elétrica e também na proporção dos correspondentes bens desativados.

Em atendimento às determinações da Aneel, através do Despacho nº 294, de 1º de fevereiro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008, a Companhia adota o procedimento de capitalização da parcela de 10% dos gastos com a administração central, com base nos custos diretos de pessoal e serviços de terceiros apropriados às ordens em curso (Nota 14.2), principalmente as relacionadas com os acréscimos ao Ativo imobilizado em curso, registrando em contrapartida, por transferência, a crédito da Demonstração do resultado - Despesas operacionais - Gerais e administrativas. Nos termos da regulamentação tarifária vigente, esses gastos são reconhecidos como custos adicionais indiretos incorporáveis ao ativo imobilizado, integrantes da Base de remuneração regulatória e portanto são computados na base de cálculo das tarifas de energia elétrica e de uso do sistema de distribuição.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

g) Intangível (Nota 15)

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, e os gerados internamente pela Companhia, substancialmente representados por gastos na implementação de softwares. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- As faixas de serviços permanentes estão registradas pelo custo de aquisição; e
- Agio incorporação - Refere-se à parcela cindida do agio de incorporação da anterior Controladora da Companhia, decorrente da aquisição de ações da Companhia, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da Aneel, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Companhia (Notas 10.2 e 15).

h) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

i) Fornecedores (Nota 16)

Inclui principalmente o saldo a pagar a fornecedores de energia elétrica e encargos de uso da rede elétrica. As obrigações em moeda estrangeira são reconhecidas pelo valor justo através do resultado do exercício, atualizadas pela cotação da moeda na data do balanço, conforme OCPC 03.

j) Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 17 e 18)

Os empréstimos, financiamentos e debêntures em moeda nacional são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício.

k) Provisões para contingências (Nota 22)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

l) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 9, 10 e 27)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) cuja opção foi confirmada quando da entrega da declaração de renda em 15 de outubro de 2009.

n) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A partir de 31 de dezembro de 2001, esses valores vêm sendo apurados e registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 e NPC 26 do IBRACON.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2009.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério do corredor).

o) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), que a Companhia aplicou na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica e, sobre o Fundo para reversão são cobrados juros de 5%a.a. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

p) Lucro por ação

O lucro por ação é apurado pela divisão do lucro líquido do exercício pelo número de ações em circulação do capital social na data do balanço.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de venda de energia e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como Receita não faturada.

r) Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego, como divulgado na nota 3.2.n.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Receita de fornecimento não faturado;
- Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- Perda ou ganho de receita - baixa renda;
- Ativos e passivos regulatórios decorrentes de revisão e reajustes tarifários;
- Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias;
- Recuperação de créditos PIS/COFINS - COSIT 27;
- Provisão para contingências; e
- Planos de benefícios pós-emprego.

s) Tributação de operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Em decorrência dos termos do artigo 32 da Medida Provisória nº 66, de 29 de agosto de 2002, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 199, de 12 de setembro de 2002, a Companhia, como agente integrante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE exerceu a opção pelo regime especial de tributação do PIS e da COFINS, sobre receitas auferidas em operações realizadas no âmbito daquela Instituição.

Os principais efeitos referem-se à base de cálculo incidente sobre os resultados positivos líquidos e na continuidade da aplicação da alíquota de 0,65% e 3% para o PIS e COFINS, respectivamente.

t) Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou se ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil poderia não ser recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

u) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

- Instrumentos mantidos até o vencimento
- Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

- Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício.

v) Moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534, de 29 de janeiro de 2008.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

4 - Ativos e passivos regulatórios

Apresenta-se a seguir a posição dos ativos e passivos regulatórios contidos nos Balanços Patrimoniais:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Consumidores e concessionárias (Nota 6)				
Programa luz para todos	160	71		
Outros ativos regulatórios	27.905	21.702	10.354	4.264
Outros créditos (Nota 13)				
Modicidade tarifária - baixa renda	49.001	49.502		
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" (Nota 8)				
CVA - ativa	69.580	64.555	25.508	48.237
Total de ativos regulatórios	146.646	135.830	35.862	52.501
Fornecedores (Nota 16)				
Energia livre	(14.974)	(554)		
Outros passivos regulatórios	(143)	(114)		
Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A" (Nota 8)				
Parcela "A"	(19.714)	(21.078)		
CVA - passiva	(3.585)	(32.330)	(53.879)	(7.572)
Devolução tarifária (Nota 4.2)				
Devolução tarifária	(28.090)			
Outras contas a pagar (Nota 13)				
PIS e COFINS das geradoras		(1)		
Modicidade tarifária - baixa renda	(22.804)	(47.766)		
Outros passivos regulatórios	(1.146)	(4.193)	(24.433)	(13.455)
Total de passivos regulatórios	(90.456)	(106.036)	(78.312)	(21.027)
Total ativos (-) passivos regulatórios	56.190	29.794	(42.450)	31.474

4.1 - Composição da RTE homologada pela Aneel, representativa da Parcela "A"

Item	Número do instrumento de homologação	Valor homologado	Remuneração acumulada	Valor amortizado	Saldo a amortizar
Parcela "A"	Resoluções nºs 482/02 e 01/04	61.521	102.002	(183.237)	(19.714)

A RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária refere-se aos valores aplicáveis a cada concessionária de distribuição de energia elétrica, através de reajuste tarifário extraordinário de 2,9% aplicável aos consumidores residenciais (exceto os de baixa renda), rurais e iluminação pública e de 7,9% para os demais consumidores, que objetivou neutralizar os efeitos de perda de receita nas distribuidoras, ressarcir os custos com energia livre suprida pelas geradoras e para compensar déficits de custos tarifários não gerenciáveis integrantes da Parcela "A" nas distribuidoras, ocorridos entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, durante o Programa de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE, o qual vigorou no período compreendido entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.

Com o fim do prazo máximo para o ressarcimento dos montantes homologados pela Aneel, correspondentes às parcelas de Perda de receita e de Energia livre em 31 de março de 2007, e com amparo na Resolução Normativa Aneel nº 1, de 12 de janeiro de 2004, republicada em 1º de junho de 2004, iniciou-se em abril de 2007 a amortização do valor homologado correspondente à Parcela "A", esse sem limite de permanência para seu pleno ressarcimento.

A Companhia efetuou consulta à Aneel no tocante à dedutibilidade ou não dos tributos de PIS e da COFINS nos valores amortizáveis a título de Parcela "A" e aguarda posicionamento.

No reajuste tarifário de outubro de 2008 cessou a cobrança relativa à RTE. O saldo a devolver aos consumidores da Companhia em 31 de dezembro de 2009, incluindo os tributos de PIS e COFINS, é de R\$19.714, que está sendo devolvido em doze parcelas desde outubro de 2009.

Energia livre - A Aneel divulgou a Resolução nº 387, de 15 de dezembro de 2009, determinando às concessionárias o recálculo do valor do passivo e dos repasses da parcela da RTE correspondente à Energia livre. Em decorrência desse fato, a Companhia registrou um passivo no valor de R\$14.420, contabilizado em contrapartida o valor de R\$13.208 a débito do Resultado financeiro e R\$1.212 a débito do Resultado operacional.

4.2 - Revisão tarifária periódica de 2007

Em Reunião Pública Ordinária da Diretoria ocorrida em 6 de outubro de 2009, a Aneel homologou, através da Resolução Homologatória nº 889, de 6 de outubro de 2009, de forma definitiva a segunda revisão tarifária periódica da Companhia (período outubro de 2007 a outubro de 2011), conforme metodologia estabelecida pela Resolução Normativa nº 338/2008.

As principais alterações introduzidas pela Aneel, face ao que havia estabelecido provisoriamente em 2007 e 2008, são:

- (i) Os valores reconhecidos a título de custos incluídos na Empresa de Referência em 2007, anteriormente atribuído em R\$263 milhões, foi alterado e homologado para R\$247 milhões. A Aneel havia divulgado, em 13 de julho de 2009, como resultado da Consulta Pública nº 047/2009, um valor da Empresa de Referência de R\$235 milhões;
- (ii) Componente Xe do Fator X, índice utilizado no cálculo dos reajustes tarifários anuais, passa de 0,74% para 1,01%; e
- (iii) Percentual de Perdas de Receita Irrecuperáveis, passa de 0,50% para 0,60% do faturamento bruto (com impostos).

Estas alterações retroagem a 23 de outubro de 2007 e estão mantidos os valores das Bases de Remuneração Regulatória Bruta e Líquida.

Computados todos os efeitos, o índice de revisão tarifária, aprovado pela Aneel, é de -9,79%, em substituição ao valor provisório, fixado em outubro de 2007, de -8,80%. Dessa forma, a Companhia registrou no exercício o montante de R\$35.194, a débito do resultado do exercício na rubrica de Receita operacional em contrapartida ao Passivo Circulante na rubrica Devolução tarifária, referente ao período de outubro de 2007 a setembro de 2009, tendo sido amortizado no exercício o montante de R\$7.104.

4.3 - Reajuste tarifário de 2009

A Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, em reunião pública de diretoria ocorrida em 20 de outubro de 2009, aprovou o reajuste tarifário anual médio de 5,46%, a ser aplicado às tarifas da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2009, sendo 3,11% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 2,35% referentes aos componentes financeiros pertinentes, que, computado o efeito dos itens financeiros retirados da base, de 4,44%, correspondem a um efeito médio a ser percebido pelos consumidores cativos de 1,02%.

A Aneel informou que os consumidores de alta e baixa tensão terão índices médios de reajuste distintos, tendo sido aplicado 0,33% para os consumidores de baixa tensão e 2,00% para os consumidores de alta tensão.

No processo de reajuste tarifário anual, previsto no Contrato de Concessão, a Aneel considera a variação de custos que as empresas experimentaram no decorrer de doze meses anteriores. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide o IGP-M ajustado pelo Fator X, e custos não gerenciáveis, como energia comprada de geradoras, Conta de Consumo de Combustível - CCC, Reserva Global de Reversão - RGR, taxa de fiscalização e encargos de transmissão, além de ajustes financeiros reconhecidos pela Aneel na Conta de Compensação da Variação de Itens da Parcela "A" (CVA) e outros instrumentos.

A composição do reajuste, aplicado em 2009 para a Companhia está demonstrada a seguir:

- Parcela "A" com 3,11%, sendo: 0,09% relativo a compra de energia; 1,65% relativo a encargos setoriais; e 1,38% relativo a encargos de transmissão;
- Parcela B com 0,002%; e
- Itens financeiros com 2,35%, composto por 3,66% relativo a ajustes financeiros da CVA, e -1,31% referente a outros ajustes financeiros, que incluem os ajustes decorrentes da conclusão do processo da 2ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia, comunicado em 6 de outubro de 2009.

5 - Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2009	31/12/2008
Bancos conta movimento	155.915	110.799
Aplicações financeiras - renda fixa	181.816	18.292
Total	337.731	129.091

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas que variam entre 98,8% e 103,6% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

6 - Consumidores e concessionárias

	Saldos	
--	--------	--

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD, é considerada pela Administração, suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

6.1 - Energia de curto prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Parte dos valores do ativo está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento, movidos por empresas do setor, relativos à interpretação de regras do mercado em vigor. A Companhia registrou neste exercício uma PCLD em contrapartida a débito do Resultado na rubrica de Despesa operacional no montante de R\$11.699.

6.2 - Concessionárias - outros

Os valores de R\$20.169 (R\$20.169 em 2008) no Ativo Não circulante e de R\$19.335 (R\$19.335 em 2008) no Passivo Circulante e Não circulante (Nota 13), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante, realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

6.3 - Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo Pronunciamento CPC 12, foi calculado com base na taxa WACC regulatória, aplicada pela Aneel nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2009 correspondia a 15,07%a.a. (15,07%a.a. em 2008), afetando o resultado do exercício negativamente em R\$2.790 (positivamente em R\$1.316 em 2008).

7 - Despesas pagas antecipadamente

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Prêmio de seguros	619	457		
Outros		7		1
Total	619	464		1

8 - Conta de compensação de variação de custos da Parcela "A"

Período	Ativo		Passivo	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
De 01/01/2001 a 25/10/2001			19.714	21.078
De 24/09/2006 a 23/09/2007		6.635		10.728
De 24/09/2007 a 23/09/2008	4.937	57.920	1.875	21.602
De 24/09/2008 a 23/09/2009	64.643		1.710	
De 24/09/2009 a 31/12/2009		25.508		53.879
		47.557		7.572
	69.580	64.555	23.299	53.879
		25.508	53.408	7.572
		48.237		

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica estabelecem, na composição das tarifas praticadas pelas concessionárias, valores para cada item de custos exógenos, imputáveis à despesa operacional, integrantes da variável denominada Parcela "A", da fórmula do "Índice de Reajuste Tarifário - IRT", demonstrados a seguir:

- Tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu Binacional;
- Tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu Binacional;
- Quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC;
- Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica;
- Encargos de Serviços de Sistema - ESS;
- Energia comprada;
- Quota de Reserva Global de Reversão - RGR;
- Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica;
- Encargos de conexão;
- Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
- Contrato de Compra de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR; e
- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

Os registros para compensação de diferenças, positivas ou negativas, entre os valores pagos de cada item e os respectivos valores de cobertura considerados nas tarifas de energia elétrica, são apropriados de acordo com o regime de competência, no Ativo e/ou Passivo, com contrapartidas no resultado conforme a sua natureza.

A mutação da CVA no exercício é a seguinte:

Item	Saldo em 31/12/2008	Apropriação	Atualização monetária	Amortização	Saldo em 31/12/2009
Parcela "A"	(21.078)		(1.895)	3.259	(19.714)
CVA	72.890	8.533	6.656	(50.455)	37.624
Total	51.812	8.533	4.761	(47.196)	17.910

Parcela "A": de 01/01/2001 a 25/10/2001 - valores correspondentes a RTE - Recomposição Tarifária Extraordinária mencionada na nota 4.1.

9 - Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Ativo - compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	72.097	49.056		
ICMS	22.113	14.811	16.791	18.525
PIS e COFINS	14.572	10.640		
PIS e COFINS - COSIT 27 (Nota 13)	29.110	18.504		
Outros	2.228	4.955		
Total	140.120	97.966	16.791	18.525
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	48.090	35.511		
ICMS	91.514	60.206		
PIS e COFINS	28.698	25.172		
IRRF sobre juros s/capital próprio	6.014	6.972		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	15.512		36.194	
Outros	3.752	3.987		
Total	193.580	131.848	36.194	-

PIS e COFINS - COSIT 27 - O saldo de R\$29.110 refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da Aneel, a Companhia reconheceu no Passivo circulante na rubrica Outras obrigações, igual montante a ser devolvido aos consumidores, uma vez que tais créditos influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada no futuro (Nota 13).

9.1 - IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos aos acionistas a título de Juros sobre Capital Próprio, conforme legislação (Nota 23.2). Neste exercício foi retido o montante de R\$6.014.

9.2 - Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em Reunião de Diretoria de 26 de novembro de 2009, foi aprovada a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme Lei nº 11.941/09, a qual foi formalizada em 27 de novembro de 2009 junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, o que gerou uma redução de passivos contingentes (Nota 22), relativos a processos de natureza tributária no âmbito da esfera federal no montante de R\$20.922, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2009
Saldo inicial	66.993
Constituição de encargos legais	5.635
Saldo com revisão da probabilidade pelos advogados	72.628
Benefício - Reversão programa REFIS	(20.922)
Parcelamento	51.706

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009, foi registrado contabilmente nesta rubrica do passivo conforme abaixo:

Imposto de renda e contribuição social	7.378
PIS e COFINS	44.328
	51.706

Do montante total desta adesão, parte será amortizada através de compensação com recursos de depósitos judiciais no montante de R\$12.734 e parte com créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição social no valor de R\$24.609, sendo o restante liquidado em 30 parcelas.

10 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
IRPJ sobre prejuízos fiscais	24.811	27.658	5.049	16.514
CSLL sobre base negativa	8.932	9.957	5.868	11.625
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias	27.752	31.477	28.669	36.377
IRPJ e CSLL sobre provisão para déficit previdenciário - PSAP	2.745	3.113	20.211	24.900
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio	6.308	6.322	102.571	108.878
IRPJ e CSLL sobre demais diferenças temporárias - RTT	(92)	495	5.103	5.232
Total	70.456	79.022	167.471	203.526

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, a Companhia estima recuperar o crédito tributário não circulante nos seguintes exercícios:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016 a 2018	Total Não circulante
	116.128	32.459	12.047	5.706	1.036	95	167.471

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2009, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2010. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

10.1 - O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017. A parcela relativa ao cálculo de excesso ao limite legal de dedução, equivalente a 20% em relação à folha de salários-base, corresponde à proporção dos recursos destinados ao saldamento dos participantes ativos.

10.2 - O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo na aquisição de ações da Bandeirante, está tendo uma realização anual média do crédito fiscal de R\$6.049 até o ano de 2027 (Notas 3.2.g e 15).

10.3 - A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 10.1 e 10.2, os mesmos serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

11 - Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Receitas (Despesas) no exercício	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	2009	2008
Outros créditos						
Enerpeixe	162	162				
	162	162				
Partes relacionadas						
EDP Energias do Brasil	399	371	243	351	(10)	
Energest	385	275				
Enerpeixe	475	475				
Enertrade	109	132				
Escelsa	677	708	263	268	1.865	
Lajeado Energia			28			
	2.045	1.961	534	619	1.855	-
Fornecedores						
CESA				9	(34)	(74)
EDP Lajeado				5.359	(12.368)	(12.655)
Energest			247	190	(1.860)	(1.760)
Enerpeixe			25.214	17.062	(195.782)	(179.329)
Enertrade			7.473		(57.801)	
Investco			148	109	(1.750)	(1.392)
Lajeado Energia			7.704		(3.445)	
Santa Fé			45		(340)	
Evrecy			11		(54)	
			40.842	22.729	(273.434)	(195.210)
Total	2.207	2.123	41.376	23.348	(271.579)	(195.210)

Partes relacionadas - Referem-se ao compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros efetuados desde o início de 2006 com a EDP - Energias do Brasil S.A. e, a partir de 2007, com a Escelsa, Energest, Enertrade e com a anterior coligada Enerul até 31 de agosto de 2008, aprovados pela Aneel através do Despacho nº 2.194, de 13 de julho de 2007.

Fornecedores

Enerpeixe - Em 23 de dezembro de 2002, a Companhia firmou os seguintes contratos de compra e venda de energia elétrica com a Enerpeixe S.A., para início de suprimento em 1º de fevereiro de 2006 e término em 31 de janeiro de 2016, a saber:

1) Contrato homologado pela Aneel em 6 de novembro de 2003, através do Ofício nº 1.850/2003-SFF/Aneel. Este mesmo Ofício aprovou o Termo de Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia e a Enerpeixe S.A. que alterou a tarifa de venda de energia elétrica.

2) Firmado inicialmente entre Enerpeixe S.A. e Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT, tendo como interveniente a Companhia. Em 15 de dezembro de 2003, a CEMAT exerceu sua opção de ceder o contrato à Companhia, conforme previsto do Parágrafo Terceiro da Cláusula 21 do mesmo. A cessão do contrato foi aprovada pela Aneel em 25 de maio de 2004, através do Ofício nº 819/2004-SFF/Aneel. Preço praticado em dezembro de 2009 é de R\$149,60/MWh.

Enertrade - Em 20 de fevereiro de 2008, a Companhia participou do 9º Leilão de Ajuste para Compra de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, por delegação da Aneel visando o suprimento de energia elétrica conforme o Edital de Leilão nº 001/2009 - CCEE - 9º Leilão de Ajuste. A Companhia firmou contrato de compra e venda de energia elétrica com a Enertrade Comercializadora de Energia S.A. em 27 de fevereiro de 2008, para início de suprimento da energia contratada com potência associada em 1º de março de 2009 e término em 31 de dezembro de 2009. Preço praticado em dezembro de 2009 é de R\$145,77/MWh.

Lajeado Energia - Em 9 de novembro de 2001, a Companhia firmou os seguintes contratos de compra e venda de energia elétrica com a EDP Lajeado Energia S.A., para início de suprimento em 1º de dezembro de 2001 e término em 31 de dezembro de 2013. O contrato foi homologado pela Aneel em 28 de agosto de 2002, através do Ofício nº 827/2002-SFF/Aneel. O presente contrato sofreu aditamentos posteriores em 18 de outubro de 2002, 31 de agosto de 2009 e 1º de dezembro de 2009, tendo sido alterados a data-base de reajuste para o dia 23 de outubro de cada ano, a tarifa de venda de energia elétrica e o percentual de repasse dos custos para Uso da Rede Elétrica, respectivamente.

Em 1º de dezembro de 2009, foi assinado o 4º Termo de Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica, cujo objetivo foi transferir os direitos e obrigações da EDP Lajeado Energia S.A. para a Lajeado Energia S.A., em função do processo de incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. pela Lajeado Energia S.A. em 30 de novembro de 2009. Preço praticado em dezembro de 2009 é de R\$109,52/MWh.

Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da Administração no exercício de 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$1.510, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 8 de abril de 2009, remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração, dos seus Comitês e da Diretoria, de até R\$2.286, para o período de abril de 2009 a março de 2010.

Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil S.A.

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora e coligadas, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

12 - Cauções e depósitos vinculados

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Depósitos judiciais (Nota 22)			30.283	41.787
Cauções e depósitos vinculados	1.610	14.152	19	6.483
Total	1.610	14.152	30.302	48.270

13 - Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	1.136	1.076		
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 4)	49.001	49.502		
Dispêndios a reembolsar	5.234	2.730		
RGR a compensar	715	1.708		
Desativação em curso	3.269	1.925		
Serviços em curso	18.033	878		
Serviços prestados a terceiros	851	9.946	14.449	9.825
Desativações e alienações	2.657	536		
Compartilhamento de infra-estrutura	1.138	72		
Outros	2.136	1.347	1.297	
Total	84.170	69.720	15.746	9.825
Outras contas a pagar - Passivo				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos	9.753	8.607		
Contribuição de iluminação pública	921	682		
Valores a pagar à CPFL - Piratininga	382	382	18.953	18.953
Credores diversos - consumidores	9.688	11.635		
Credores diversos - concessionárias	4.161	3.054		
Folha de pagamento	1.612	1.923		
Outros passivos regulatórios (Nota 4)	1.146	4.193	24.433	13.455
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 4)	22.804	47.766		
Cessão de créditos de ICMS	2.390	308		
Valores a pagar TVs a cabo e telefonia	2.398	2.282		
Devolução tarifária COSIT 27 (Nota 9)	29.110	18.504		
Outras	5.024	5.313	1.398	490
Total	89.389	104.649	44.784	32.898

13.1 - Modicidade baixa renda

</

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 - Intangível	Taxas anuais médias de amortização %	31/12/2009			31/12/2008
		Custo histórico	Amortizada acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Distribuição					
Software	11,02	27.448	(25.542)	1.906	4.963
Servidão permanente		4.654		4.654	4.654
		32.102	(25.542)	6.560	9.617
Comercialização					
Software	5,54	53.732	(52.949)	783	3.055
		53.732	(52.949)	783	3.055
Administração					
Software	18,55	58.513	(24.018)	34.495	28.352
		58.513	(24.018)	34.495	28.352
Total do Intangível em serviço	11,62	144.347	(102.509)	41.838	41.024
Intangível em curso					
Distribuição		709		709	278
Comercialização		107		107	793
Administração		41		41	14.237
Total do Intangível em curso		857		857	15.308
Atividades não vinculadas à concessão					
Ágio na incorporação de sociedade controladora		460.584		460.584	460.584
(-) Provisão para manutenção de dividendos		(460.584)		(460.584)	(460.584)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos		140.354		140.354	121.760
(-) Amortização acumulada do ágio		(140.354)		(140.354)	(121.760)
Total intangível		145.204	(102.509)	42.695	56.332

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2008		Ingressos	Transferência para intangível em serviço			Amortizações	Baixas	Valor líquido em 31/12/2009	
Em serviço	41.024			16.035	(15.177)	(44)			41.838	
Em curso	15.308	1.336		(15.787)					857	
Total Intangível	56.332	1.336		248	(15.177)	(44)			42.695	

Servidão permanente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes (vida útil indefinida), não são amortizadas. Direitos de uso são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do software.

Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura, como direito de concessão, amortizado pelo período remanescente da respectiva concessão, cujo teste de recuperabilidade efetuada no exercício de 2009, pelo valor em uso, foi efetuado de acordo com o CPC 01, não indicando perda de valor a ser reconhecida (Notas 3.2.g, 3.2.i e 10.2).

16 - Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2009	31/12/2008
Suprimento de energia elétrica	138.927	117.365
Energia livre	14.974	554
CCEE (compra de energia de curto prazo)	423	21.698
Encargos de uso da rede elétrica	41.011	33.147
Encargos de serviços de sistema	343	6.072
Outros passivos regulatórios	143	114
Materiais e serviços	42.413	29.791
Total	238.234	208.741

17 - Debêntures

Em 1º de março de 2006 foi promovida a terceira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografária), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foram lançadas o total de 25 mil debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$250.000, com prazo de vigência de 5 (cinco) anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 (três) anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de março de 2011, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de março de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de março de 2010 e a terceira, de 1/3, em 1º de março de 2011. A colocação foi concluída em 7 de abril de 2006.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 104,4% da acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DIs, "over extra grupo", expressa na forma de percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP (Taxas DI) calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos. A remuneração correspondente aos períodos de capitalização será devida e paga semestralmente, sendo o primeiro vencimento em 1º de setembro de 2006 e o último em 1º de março de 2011.

Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento, redução dos custos financeiros e diversificação das fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisão nas seguintes hipóteses:

- descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura, não sanada em 1 (um) dia útil contado da data do inadimplemento;
- descumprimento, pela Emissora, da manutenção dos índices financeiros (Dívida Bruta em relação ao EBITDA e EBITDA no período de apuração acrescido de caixa no início do período de apuração acrescido de linhas de crédito bancárias contratadas e não utilizadas no final do período de apuração acrescidas do aumento no montante de dívida que tenha sido desembolsada durante o período de apuração em relação à despesa financeira bruta no período de apuração acrescida da porção da dívida vencida durante o período de apuração excluída da receita financeira da variação monetária e acrescido moratório da energia vendida no período de apuração excluída da receita financeira de operações de *hedge* e *swap* no período de apuração, atendidos integralmente até o momento);
- pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela mesma no prazo legal;
- pedido de auto-falência formulado pela Emissora;
- liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; e
- perda da concessão para distribuição de energia elétrica.

Em 31 de dezembro de 2009 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *Covenants* previstos nos contratos de debêntures.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2011	83.248
Total	83.248

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Principal				
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		94.824		166.667
Encargos e atualizações monetárias		18.670		
Amortizações		(108.688)		
Transferência para o circulante		83.334	(83.334)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		88.140		83.333
Custos de captação				
Saldo em 31 de Dezembro de 2008		(508)		(592)
Amortizações		507		
Transferência para o circulante		(507)	507	
Saldo em 31 de dezembro de 2009		(508)		(85)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2009		87.632		83.248

18 - Empréstimos e financiamentos e Encargos de dívidas

	Custo da dívida	31/12/2009			31/12/2008		
		Encargos Circulante	Principal		Encargos Circulante	Principal	
			Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	Libor + 4,375% a.a. + variação cambial	154	11.287	14.120	531	27.054	
(-) BID - Amortização do custo da transação			(1.438)	(1.678)		(1.438)	
		154	9.849	12.442	531	25.616	
Moeda nacional							
Eletrobrás	5% a.a. + 1% a 1,5% a.a. (tx. adm.)	482	2.571	12.327	918	1.053	
Cédula de Crédito Bancário	105% do CDI	482	20.400	61.200	20.400	81.600	
Juros s/ fundo reversão	5% a.a.	73			73		
BNDES FINAME	de 4% a 5% a.a. acima da TJLP	5	1.015		12	1.565	
BNDES - Banco do Brasil	3,3% a.a. acima da TJLP	106	5.936	20.778	135	5.929	
BNDES - Banco Santander	3,3% a.a. acima da TJLP	106	5.937	20.778	135	5.929	
BNDES - Banco do Brasil / CALC	de 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP	170		86.364			
HSBC - Notas Promissórias	CDI + 1,3% a.a.	13.178	230.000				
		14.120	265.859	201.447	1.273	34.876	
Resultado dos Swaps							
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	de 97,94% a 118,94% do CDI		10.610	10.994		12.688	
JP Morgan	de 59,80% a 71,60% do CDI					955	
Citibank	79,94% do CDI					400	
			10.610	10.994		14.043	
Total		14.274	286.318	224.883	1.804	74.535	

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo: (i) Tranche "A" - US\$38,9 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

(ii) Tranche "B" - US\$61,1 milhões, com principal vencível trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vencíveis trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004. Operação liquidada em 15 de fevereiro de 2009.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato. Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco JP Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento.

HSBC - Notas Promissórias - Em 7 de maio de 2009, o Conselho de Administração da Bandeirante aprovou a contratação de linha de financiamento de curto prazo, materializada pela emissão de Nota Promissória. As notas promissórias foram emitidas de forma cartular e ficarão depositadas no Banco Bradesco S.A. A remuneração corresponde à variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI), de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, capitalizada de um *spread* correspondente a 1,30% a.a. A remuneração acrescida do valor de principal será liquidada em 30 de maio de 2010 em uma única parcela. O valor de cada Nota corresponde a R\$1.000 e foram emitidas 230 notas totalizando o montante de R\$230.000.

Eletrobrás

(i) Programa Reluz

a) Contrato firmado em 9 de abril de 2007. Recursos liberados no valor de R\$61 e R\$547, em 11 de junho de 2007 e 29 de agosto de 2007, respectivamente. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2007. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de maio de 2008 e a última em 30 de abril de 2013. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

b) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$391, em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 28 de fevereiro de 2009 à taxa de 5% a.a. e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

c) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$295 em 18 de junho de 2008. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

d) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$1.004 em 17 de fevereiro de 2009. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 30 de abril de 2015. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

e) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$3.203 em 17 de fevereiro de 2009. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

f) Contrato firmado em 12 de dezembro de 2007. Recurso liberado no valor de R\$2.154 em 17 de fevereiro de 2009. Sobre o saldo devedor incide juros de 5% a.a. que foi capitalizado até 20 de fevereiro de 2009 e taxa de administração de 1,5% a.a. pago mensalmente. O saldo devedor será pago em 60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de março de 2009 e a última em 28 de fevereiro de 2014. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

(ii) Programa Luz para Todos

a) Contrato firmado em 28 de maio de 2004. Linha de crédito no valor de R\$11.523 a título de financiamento, e R\$1.773 a título de subvenção econômica. Recursos liberados no montante de R\$7.080 a título de financiamento, e R\$1.089 a título de subvenção econômica. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de julho de 2004. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de agosto de 2006 e a última em 30 de julho de 2016. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

b) Contrato firmado em 25 de junho de 2007. Linha de crédito no valor de R\$12.359. Recursos liberados no montante de R\$3.708. Sobre o saldo devedor corrigido incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., ambos vencíveis mensalmente, a partir de 30 de outubro de 2007. O saldo devedor será pago em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 30 de novembro de 2009 e a última em 30 de outubro de 2019. Sobre o saldo não desembolsado incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito. Garantia em notas promissórias e vinculação de receita própria.

Cédulas de Crédito Bancário - Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000, sendo R\$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais, sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencíveis a partir de 5 de junho de 2007 a 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação dívida bruta / EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições contratuais são idênticas para ambas as instituições financeiras.

BNDES contrato nº 88.425 / Agente Banco do Brasil - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES contrato nº 88.425 / Agente Banco Santander - Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a. indexado à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Financeira Bruta/EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento.

BNDES contrato nº 88.425 / Agente Banco do Brasil - Aprovado em dezembro de 2007, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, no montante de R\$153.283, com a finalidade de implantação do Programa de Investimentos 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito. A 1ª liberação efetuada para a Bandeirante de R\$86,4 milhões ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% a 4,5% a.a. acima da TJLP, vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento.

Resultado dos swaps

Essas operações financeiras estão valorizadas pelo valor justo, conforme descritas nas notas 3.2.u e 29 (instrumentos financeiros).

Swap JP Morgan - Operação de *hedge* junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de Euro, onde a Companhia paga na ponta passiva 73,6% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de Euro, firmado em 15 de março de 2004 no valor de €12.720 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009. Em 11 de julho de 2005 esta operação foi repactuada com a diminuição do percentual do CDI para 59,8%. Operação liquidada em janeiro de 2009.

Operações de *hedge* junto ao Banco JP Morgan com *swap* de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 71,6% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 28 de julho de 2004 no valor de US\$586 mil, com vencimento final em 2 de janeiro de 2009. Operação liquidada em janeiro de 2009.

Swap Citibank - Operações de *hedge* junto ao Banco Citibank com *swap* de variação monetária de dólar, onde a Companhia paga na ponta passiva 79,94% do CDI, e o Banco paga na ponta ativa 100% de variação cambial de dólar, firmado em 13 de novembro de 2003 no valor de USD490 mil, com vencimento final em 29 de janeiro de 2009. Operação liquidada em janeiro de 2009.

Vencimentos das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2010	279.979	20.613	300.592
	279.979	20.613	300.592
Não circulante			
2011	43.308	19.503	62.811
2012	49.305	3.933	53.238
2013	49.221		49.221
2014	21.830		21.830
2015	15.552		15.552
2016	15.183		15.183
2017	6.337</		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para aprovação e operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

A Administração avalia que, com base em ferramentas estatísticas de análise de riscos e nas características das exposições mapeadas e dos instrumentos contratados para mitigação de riscos, em 31 de dezembro de 2009, os resultados das operações de derivativos são substancialmente compensados por variações correspondentes nos itens protegidos (*hedged item*). Desta forma, a Administração entende que as operações de instrumentos derivativos contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que possam gerar prejuízos materiais oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras formas de variação.

29.2 - Riscos operacionais

29.2.1 - Risco de crédito

O instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é representado, principalmente, por contas a receber de consumidores que, no entanto, é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada e pela possibilidade de corte no fornecimento de energia elétrica dos consumidores inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificação dependendo de decisão de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado vigentes de junho de 2001 a fevereiro de 2002, quando da vigência do Programa de racionamento de energia elétrica.

29.2.2 - Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui, conforme descrito nas notas 17 e 18, debêntures e contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros) e de outras condições. O descumprimento dessas restrições poderá implicar em vencimento antecipado das dívidas.

29.2.3 - Risco de escassez de energia elétrica

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar em redução de receitas por indisponibilidade de energia elétrica, em aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema, como ocorrido no Brasil no ano de 2001, poderia vir a ser adotado programa de racionamento que implicaria em redução de receita.

29.3 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Contas a receber, Cauções e depósitos vinculados, Outros ativos circulantes e Contas a pagar - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado.

Ativos e passivos regulatórios - estão apresentados ao seu custo amortizável que equivale ao seu valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNDES e Eletrobrás - são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado, contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia elétrica, indexados à TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e taxas pré-fixadas.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto aos Bancos do Brasil e Santander - são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado. O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros da operação através das curvas de juros da BM&FBOVESPA e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura também da BM&FBOVESPA.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira junto ao BID - são classificados como passivos financeiros e estão mensurados inicialmente, na data da transação, pela taxa cambial da moeda funcional e convertidos à taxa de fechamento no balanço patrimonial, e os efeitos cambiais são registrados no Resultado financeiro.

Debêntures em moeda nacional - estão contabilizadas pelo custo amortizado e são classificadas como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado, por se tratarem de emissões de dívida no mercado de capitais com definição na Escritura particular de emissão de debêntures em cláusula específica de Vencimento Antecipado que, caso ocorra o evento, será feito pelo seu valor nominal unitário não amortizado, acrescido de remuneração devida até a data do efetivo pagamento calculada *pro rata temporis*.

Instrumentos financeiros derivativos - são operações que tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo e estão contabilizados ao valor de mercado (*fair value hedge*). O valor de mercado é apurado calculando os fluxos futuros (ativo e passivo) da operação através das curvas de juros da BM&FBOVESPA e trazendo esses fluxos a valor presente, utilizando-se a taxa DI futura da BM&FBOVESPA.

Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nocional USD		Nocional R\$		Valor justo		Efeitos no resultado	
					31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008	2009	2008
Swap												
Ativo	Banco Citibank	19-mar-04	13-fev-09	Libor + 4,00 %a.a.		2.038		7.221		4.829	(60)	2.061
Passivo				97,94% do CDI						7.219	139	2.393
										(2.390)	(199)	(332)
Ativo	Banco Citibank	19-mar-04	14-fev-12	Libor + 4,375 %a.a.	5.837	8.429	17.005	30.052	10.531	19.756	(3.594)	4.768
Passivo				104,69% do CDI					21.151	30.245	1.973	4.085
									(10.620)	(10.489)	(5.567)	683
Ativo	Banco Citibank	14-dez-04	13-fev-09	Libor + 4,00 %a.a.		764		2.466		1.811	(22)	(163)
Passivo				118,94% do CDI						2.473	49	(448)
										(662)	(71)	285
Ativo	Banco Citibank	14-dez-04	14-fev-12	Libor + 4,375 %a.a.	2.189	3.161	6.062	10.148	3.950	7.433	(1.347)	2.755
Passivo				118,94% do CDI					7.200	10.426	993	2.645
									(3.250)	(2.993)	(2.340)	110
Ativo	Banco JP Morgan	5-abr-06	13-fev-09	Libor + 4,00 %a.a.		1.273		4.251		3.012	(37)	1.339
Passivo				106,30% do CDI						4.256	77	1.395
										(1.244)	(114)	(56)
Ativo	Banco JP Morgan	5-abr-06	14-fev-12	Libor + 4,375 %a.a.	3.648	5.268	10.524	16.124	6.621	12.581	(2.246)	3.192
Passivo				109,70% do CDI					11.483	16.393	1.160	2.122
									(4.862)	(3.812)	(3.406)	1.070
Ativo	Banco JP Morgan	5-abr-06	14-fev-12	Libor + 4,375 %a.a.	2.918	4.125	7.598	11.528	5.297	10.065	(1.797)	2.554
Passivo				109,50% do CDI					8.169	11.715	765	1.522
									(2.872)	(1.650)	(2.562)	1.032
Ativo	Banco JP Morgan	5-abr-06	13-fev-09	Libor + 4,00 %a.a.		1.019		3.057		2.411	(30)	1.072
Passivo				98,00% do CDI						3.056	58	1.009
										(645)	(88)	63
Ativo	Banco JP Morgan	28-jul-04	2-jan-09	USD		293		1.386		684		190
Passivo				71,60% do CDI						1.386	1	18
										(702)	(1)	172
Ativo	Banco JP Morgan	11-jul-05	2-jan-09	EURO		212		945		691		341
Passivo				59,80% do CDI						945	4	644
										(254)	(4)	(303)
Ativo	Banco Citibank	11-fev-05	28-jan-09	USD		245		971		571	(6)	157
Passivo				79,94% do CDI						969	8	108
										(398)	(14)	49

A estimativa do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos foi elaborada com base em modelos de fluxos futuros descontados a valor presente, comparação com transações semelhantes contratadas em datas próximas ao encerramento dos períodos, bem como comparações com parâmetros médios de mercado das operações através das curvas de juros da BM&FBOVESPA, utilizando-se a taxa DI futura da BM&FBOVESPA.

Não houve no exercício mudança na qualificação dos instrumentos financeiros derivativos.

29.6 - Risco de taxa de câmbio e taxa de juros

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional captados pela Companhia, apresentados na nota 18, é composta de financiamentos junto à Eletrobrás e BNDES.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por esses agentes, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios das empresas do grupo e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se do seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Para as transações financeiras em moeda estrangeira, o risco decorre da possibilidade de incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *hedge*, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da transação para o custo relativo a variação do CDI. Adicionalmente, a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas. As referidas operações são registradas de acordo com regime de competência e conforme as condições do instrumento contratado.

30 - Meio Ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

A responsabilidade ambiental e social pauta a estratégia empresarial e as atividades desenvolvidas pela Companhia. Em consonância com os Princípios de Desenvolvimento Sustentável do Grupo EDP Energias do Brasil, o ano de 2007 marca o início de implantação de Sistema de Gestão Integrada da Sustentabilidade - SGIS, em nível corporativo, e a consolidação do Sistema de Gestão Ambiental - SIGA.

Os gastos de natureza ambiental em 2009 foram de R\$5.433, sendo R\$3.450 capitalizados no exercício, relativos a proteção de biodiversidade, da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente, e R\$1.983 em contrapartida resultado do exercício, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações e gestão de resíduos.

31 - Eventos subsequentes

Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de fevereiro de 2010, a Administração da Companhia assinará o Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica nº 202/1998 proposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel para aperfeiçoar a metodologia de cálculo da variação da parcela "A", de modo a introduzir a neutralidade dos encargos setoriais a partir dos reajustes tarifários anuais de 2010.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÔNIO MANUEL BARRETO PITA DE ABREU
Presidente

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Vice-Presidente

Conselheiros

MIGUEL DIAS AMARO

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUES

ARNALDO BENZI SACCONI

DIRETORIA

MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS
Diretor Presidente
e de Relações com Investidores

FRANCISCO ALFREDO FERNANDES
Diretor Técnico

LUIZ OTAVIO ASSIS HENRIQUE
Diretor Presidente
e de Relações com Investidores - Interino

MAURICIO ALBERTO GONELLA SANTOS PERREIRA
Diretor Comercial

CARLOS SERGIO SALGUEIRA MARTINS
Gestor Executivo de Consolidação e Contabilidade

ELISA SAEKO ISHIZAKA TURCI
Gestora Operacional de Contabilidade Geral
Técnica - CRC 1SP137290/O-8

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Bandeirante Energia S.A.

São Paulo - SP
Examinamos os balanços patrimoniais da **Bandeirante Energia S.A.** ("Companhia") levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Bandeirante Energia S.A.** em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2010

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2